

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 23-8-2017.

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, André Carús, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Rafael Bernardo de Oliveira, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 037/17 (Processo nº 1863/17), de autoria de João Bosco Vaz; o Projeto de Lei do Legislativo nº 229/17 (Processo nº 2086/17), de autoria de Márcio Bins Ely; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 203/17 (Processo nº 1759/17), de autoria de Mauro Pinheiro. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Rafão Oliveira, Idenir Cecchim e João Carlos Nedel. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Leonardo Busatto, Secretário Municipal da Fazenda, concedendo a palavra a Sua Senhoria, que discorreu sobre projeto de lei relativo ao Imposto Predial e Territorial Urbano. Após, o Presidente concedeu a palavra a João Bosco Vaz, Adeli Sell, Felipe Camozzato, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna, Matheus Ayres, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem e Cláudio Janta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Mauro Zacher, Dr. Thiago e Airto Ferronato. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Leonardo Busatto. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta e um minutos às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. A seguir, foram aprovadas as Atas das Trigésima Quarta, Trigésima Quinta, Trigésima Sexta, Trigésima Sétima, Trigésima Oitava, Trigésima Nona, Quadragésima, Quadragésima Primeira, Quadragésima Segunda, Quadragésima Terceira, Quadragésima Quarta, Quadragésima Quinta, Quadragésima Sexta, Quadragésima Sétima, Quadragésima Oitava, Quadragésima Nona, Quinquagésima, Quinquagésima Primeira, Quinquagésima Segunda, Quinquagésima Terceira, Quinquagésima Quarta, Quinquagésima Quinta, Quinquagésima Sexta, Quinquagésima Sétima, Quinquagésima Oitava, Quinquagésima Nona, Sexagésima, Sexagésima Primeira, Sexagésima Segunda, Sexagésima Terceira, Sexagésima Quarta, Sexagésima Quinta, Sexagésima Sexta, Sexagésima Sétima, Sexagésima Oitava, Sexagésima Nona, Septuagésima e Septuagésima Primeira Sessões Ordinárias, da Sexta, Sétima, Oitava, Nona, Décima, Décima Primeira, Décima Segunda, Décima Terceira, Décima Quarta, Décima Quinta, Décima Sexta e Décima

Sétima Sessões Extraordinárias e da Nona, Décima, Décima Primeira, Décima Segunda, Décima Terceira, Décima Quarta, Décima Quinta, Décima Sexta, Décima Sétima, Décima Oitava, Décima Nona, Vigésima, Vigésima Primeira e Vigésima Segunda Sessões Solenes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Matheus Ayres. Durante a Sessão, Mauro Zacher manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças, neste Plenário, de Rita Della Giustina, vereadora de Sapiranga – RS –, e de Rodrigo Pox, vereador de Viamão – RS. Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro e Cassio Trogildo e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Registro a presença da Ver.^a Rita Della Giustina, da Câmara de Vereadores de Sapiranga. Seja bem-vinda, Vereadora!

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente Mauro Pinheiro, começo cumprimentando a Ver.^a Rita, de Sapiranga. Uma brava Vereadora, jovem Vereadora, no seu primeiro ano, professora, petista, está fazendo um trabalho muito bonito, está brigando muito para ser respeitada naquela cidade. Parabéns, a gente se orgulha muito da sua presença aqui em Porto Alegre, trocando conhecimento conosco. Queria cumprimentar as professoras e professoras que aqui estão, que têm vindo, aliás, todos aos dias conversar conosco e falar exatamente de um dos temas que infelizmente está sofrendo com essa lógica do estado mínimo, com essa redução da presença da Prefeitura, do Estado nas políticas públicas da cidade, que é a redução do programa Adote um Escritor. E nos surpreendeu agora, em meados de julho, a posição da Prefeitura de que não gastaria mais recursos com um programa que fará 15 anos neste ano! Um programa que aproximou a cultura da educação de uma maneira forte, viva, que estimula a gurizada a manusear um livro, a estudar um autor, com a presença dos autores nas escolas, depois de um largo trabalho, profundo trabalho que a escola faz com a produção daquele autor. E, secundada, depois da visita do autor, uma visita à Feira do Livro, um belíssimo programa que foi se ampliando, que nasceu em 2002 por luta da Câmara do Livro, mas por envolvimento e trabalho das nossas escolas, das bibliotecas escolares de Porto Alegre, da rede municipal, que nunca foram bibliotecas cartoriais, ultrapassadas e obsoletas, mas bibliotecas que sempre exigiram investimento permanente. Então, a compra anual de acervo, mas uma compra que não é um pacote que chega sem pertencimento nenhum, é aquela compra que é vinculada a um projeto pedagógico, que é vinculada a um autor, a uma feira do livro, a atividades que as crianças fazem. Essa é a melhor compra de acervo, a melhor atualização de acervo que pode acontecer. É um acervo que já chega vivo na escola. As crianças que estão participando do projeto já estão comentando com as demais. E é isso que ativa a

possibilidade da implementação da proficiência em leitura e do amor aos livros, do gosto à leitura. Esse projeto, que todas as escolas municipais fazem, inclusive as especiais e as de educação infantil, como nós tivemos lá na Mário Quintana, numa comunidade tão empobrecida, na Escola Valneri Antunes, Escola Infantil com todos os banners de todos os anos do Adote um Escritor, cada autor numa pequena livraria, a Brinquedoteca, a livraria que conquistou. Estou falando de uma escola infantil, de bebês, há cinco anos. Então, porque o município de Porto Alegre, que, esta semana, abriu uma licitação para comprar lanches para *breakfast*, para fazer *happy hour*. Para receber pessoas, precisa a Prefeitura de Porto Alegre entregar salgadinhos, quando faz eventos. Gastar 700 mil reais e retirar os recursos do Adote um Escritor, que o Secretário disse que era de um milhão no ano passado. Agora, os 700 mil reais de lanche, já dá um excelente Adote um Escritor no ano de 2017. Então, é a falta de recursos? Não! É a escolha equivocada. Existem outras demandas, perguntem à Cidade o que é prioridade. Duvido que, se perguntar à cidade se comprar livros de literatura, fazer trabalhos com escritores é mais importante do que comprar lanches para os convescotes do Prefeito com suas visitas.... Imaginem o que a Cidade vai dizer disso. Então, é vergonhoso que um programa dessa qualidade, dessa importância, dessa abrangência, que fortalece nossos livros, nossos editores, nossos escritores e fortalece o trabalho pedagógico vinculado à cultura possa ser vilipendiado desta maneira. Então a Ver.^a Fernanda, liderando-nos na Frente Parlamentar do Livro e da Leitura, já imediatamente chamou a reunião – eu não estava na primeira semana, mas já estava sabendo do tema, já estava me manifestando sobre o tema -, e nós, com a Frente Parlamentar, Ver. Adeli e outros Vereadores, estamos lutando para que este projeto não seja tão...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rafão Oliveira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RAFÃO OLIVEIRA: Sr. Presidente, colegas Vereadores, telespectadores da TVCâmara, cidadãos porto-alegrenses, primeiramente eu gostaria de me solidarizar e prestar meus sentimentos ao brigadiano que foi cruelmente morto nesta semana, e outro brigadiano que foi baleado, e ao meu colega que foi ontem atropelado covardemente durante uma abordagem policial. Deixo meus sentimentos aos familiares e o desejo de um pronto restabelecimento aos meus colegas que estão feridos nesta guerra brutal contra a violência. Senhores, a cada 28 horas um homossexual morre de forma violenta no Brasil. Fantástico, junho de 2016. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, segundo a CPI do Senado, do Jornal do Brasil também de junho de 2016. Estudo diz que o Brasil tem 13 mulheres assassinadas por dia. Bom dia Brasil, novembro de 2016. Notícias terríveis, não há como discordar. Todos os dias,

pela TV, pelo rádio, pelo jornal, somos informados desses dados alarmantes. Algo precisa ser feito, mas o quê? Como resolver tanta violência contra esses grupos de pessoas? Uma boa ideia seria nós, políticos, nossas CPIs, as ONGs e associações, os governos, a imprensa em geral pararem de tratar o problema da insegurança dessa forma classista, segmentada, que divide as pessoas em categorias. A sensação que fica é que algumas pessoas, algumas categorias merecem mais atenção do que outras. E isso está errado, todas as pessoas merecem toda a atenção dos trabalhos, da segurança e de associações que amparam as vítimas; todas as pessoas merecem ser protegidas contra a covardia criminosa. Subo a esta tribuna para ser uma voz contra o *apartheid* ideológico que algumas correntes políticas e alguns setores da imprensa praticam todos os dias. Não conseguem enxergar as pessoas reais sendo mortas e sofrendo com a violência. O que enxergam são classes, minorias, segmentos, dividem a sociedade e pioram o problema. Centenas de homossexuais e milhares de mulheres e negros são assassinados por ano, triste, muito triste, terrível. Como policial e como político faço e sempre farei o possível para que isso não aconteça. Mas esses grupos são feitos por pessoas que fazem parte dos mais de 60 mil brasileiros assassinados anualmente. São dezenas de milhares de pessoas que morrem porque estão desprotegidas pelo Estado. E porque o Estado não deixa que se defendam, pois só os bandidos estão armados, aliás, muito mais armados que o cidadão e que a própria polícia. Todos nós formamos uma imensa e única classe, todos nós, conhecidos, para quem não conhece, como brasileiros. Todos somos brasileiros! E todos nós somos vítimas não de uma guerra, mas de um massacre em que uma minoria violenta e covarde faz o que bem entende com os restantes. Ninguém nega a existência da violência contra mulheres, de racismo e de preconceitos, são problemas reais e devem ser enfrentados. Mas não como prioridades da Segurança pública, merecedores de vultosas somas em dinheiro em doações de organismos e investimentos de dinheiro público, e de tanta atenção midiática. A prioridade da segurança não pode ser um ou outro grupo, a prioridade da segurança é toda e qualquer pessoa. Num país em que morre mais gente do que em guerras sangrentas pelo mundo, chega a ser sadismo, uma brincadeira mórbida, uma palhaçada, a ideia de tratar a insegurança como uma questão de minorias. Sou mais um trabalhador como qualquer outro brasileiro; hoje estou Vereador, mas há décadas sou meu uniforme preto e branco pelas ruas. Como trabalhador, como um homem mulato, como um pai de família, afirmo que não me sinto mais inseguro por causa dessas características. O que vemos é a imensa e esmagadora maioria de brasileiros, como um todo, morrendo em paradas de ônibus, em bares, em bairros, no portão de casa, e morrendo pela mão de bandidos que não olham para a cor de suas vítimas nem para a classe social; morrendo na mão de covardes que não perguntam suas preferências sexuais antes de atirar, apenas porque a pessoa demorou para entregar a chave do carro ou o celular.

Começamos, então, a parar de dividir a sociedade. Com união e foco seremos fortes e poderemos enfrentar nossos problemas reais. Essa é a mensagem que quero deixar para o povo de Porto Alegre. Chega de *apartheid* ideológico! Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós temos tido algumas boas notícias no meio desse turbilhão de más notícias. Eu recebi, hoje pela manhã, no meu telefone, um convite do Sr. Prefeito – como todos os Vereadores devem ter recebido – para a assinatura de um financiamento do Ministério das Cidades com a Prefeitura de Porto Alegre para restaurar as casas de bombas de Porto Alegre, para fazer a micro e a macrodrenagem, principalmente na região ali do bairro Santa Maria Goretti, do bairro Passo D’Areia, nas cercanias da Av. Sertório, Ver. João Bosco Vaz. Talvez esse seja o local da Cidade que mais prejuízo tem em termos comerciais das empresas daquele entorno. O bairro Sarandi, como um todo, cada vez que surge uma nuvem, já se alaga.

No dia 25, pela manhã, estará aqui o Ministro das Cidades para assinar a ordem de serviço, junto com o Prefeito Municipal, de um projeto que já está andando há cinco anos, que passou pelo Ernesto Teixeira, pelo Tarso Boelter. Eu quero saudar aqui a continuidade dos projetos de um Governo para o outro. Já é o terceiro Governo que está tratando disso. Eu quero cumprimentar o atual Governo por dar seguimento a esses projetos importantes para a cidade de Porto Alegre, para a população, para as empresas daquela região. Certamente, esse dinheiro virá numa boa hora. É um grande projeto! Para se ter uma ideia, o Conduto Forçado Álvaro Chaves custou pouco mais de R\$ 60 milhões, e esse projeto está na casa de mais de R\$ 200 milhões para arrumar, para amenizar os prejuízos e o sofrimento de uma grande parte da Cidade, do bairro Passo D’Areia, nas cercanias da Av. Sertório, da Av. Assis Brasil, da Av. Benjamin Constant.

Então meus cumprimentos àqueles que estão comandando esse projeto, a toda administração, àqueles que já lutaram, àqueles que prepararam o projeto. Eu falo aqui do Ernesto Teixeira, do Governo José Fogaça; do Tarso Boelter, do Governo Fortunati; e, agora – eu não sei para onde foi o DEP –, os que estão trabalhando no projeto sabem o que estão fazendo, sabem da importância que tem esse projeto. Espero que seja um projeto de muito sucesso. É um dinheiro que o Governo Federal está aportando. Apesar dessa crise institucional, o Governo não parou, e isso nós temos que saudar, assim como temos que saudar, Ver. Carús, Ver.^a Comandante Nádia, que projetos dos Governos anteriores estão seguindo neste Governo. E nós temos que fiscalizar para que sejam bem realizados, que sejam projetos bem executados, que esse dinheiro seja bem usado, bem aproveitado com a nossa fiscalização e, muitas vezes, com o nosso apoio, com as nossas sugestões, para que o Poder Executivo possa entregar um projeto que, definitivamente, se não terminar, pelo menos, diminuam muito os alagamentos nessa área importante da Cidade que, por muitos anos, está sofrendo com cada chuvarada que acontece naquela Região. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente Cassio Trogildo, Vereadores, Vereadoras, realmente, nós hoje temos uma ótima notícia: a liberação de R\$ 107 milhões de recursos para as obras do Arroio da Areia. Há um problema sério de alagamentos naquela Região e também de assoreamento do próprio Arroio. Conforme o Ver. Cecchim já falou, quero dizer que esse projeto foi elaborado pelos técnicos do DEP que trabalharam fortemente nele e também no projeto do Arroio Moinhos. Esse projeto é de macro e de microdrenagem da Região por onde passa o Arroio da Areia. Ele prevê a instalação de galerias em grande parte da Av. Nilo Peçanha, ou seja, vai realmente resolver o problema de alagamento daquela região, esse projeto também inclui a modernização da Casa de Bombas Silvio Brum, lá na Av. Sertório, que vai ajudar a jogar essa água para evitar os alagamentos. Queria, então, cumprimentar o Prefeito Marchezan por conseguir, junto ao Governo Federal, a liberação desses recursos que são muito importantes para a nossa Cidade. Esse projeto já tinha sido encaminhado para o Ministério das Cidades, já tinha sido aprovado, mas os recursos foram retidos lá. Finalmente, o Prefeito Marchezan conseguiu a liberação. Faço um apelo ao Prefeito Marchezan que consiga a liberação para os recursos do arroio Moinhos, lá no Partenon, lá na Vila São José, lá na Vila Vargas, que é um afluente do nosso arroio Dilúvio. Esse projeto do arroio Dilúvio prevê também a macro e microdrenagem da região. Só o projeto do arroio Moinhos está orçado em 42 milhões de reais. No entanto, é mais ampliado, ele prevê também a modernização a recuperação de sete casas de bombas lá na região, entre elas, a Casa de Bombas da Vila Farrapos e também lá do Sarandi. Duas regiões que realmente precisam de uma solução definitivamente para evitar os alagamentos constantes. É uma grande prioridade para a nossa Cidade realmente resolver esses problemas de alagamentos. Nós não entendemos como que no século XXI Porto Alegre ainda está sujeita a esses alagamentos. Então, o apelo ao Prefeito Marchezan, que já teve sucesso com 107 milhões do arroio da Areia, que tenha também sucesso na liberação de 128 milhões para recuperar o arroio Moinhos mais sete casas de bombas, para resolver esse grave problema da nossa Cidade, que são os alagamentos. Os alagamentos, na nossa Cidade, são prioridade, temos que desenvolver todos os esforços para resolver esse grave problema. Contamos com o Prefeito Marchezan para liberar esses recursos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Hoje temos o comparecimento do Sr. Leonardo Busatto, Secretário Municipal da Fazenda, que falará sobre o projeto relativo ao IPTU na cidade de Porto Alegre. O Sr. Leonardo Busatto está com a palavra.

O SR. LEONARDO BUSATTO: Boa tarde a todos, boa tarde, Presidente Cassio; boa tarde, Líder do Governo, Ver. Janta; cumprimentando os Vereadores,

cumprimento todos os presentes; eu vou, de imediato, até porque o assunto é muito relevante, e a gente tem um tempo exíguo, são somente 20 minutos, vou tentar, de imediato, fazer a apresentação.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. LEONARDO BUSATTO: A gente já passou um pequeno material de orientação aos Vereadores explicando mais o projeto, e eu vou deixar, depois, à disposição essa apresentação, que está dentro de um conjunto de apresentações que nós temos feito, ao longo das últimas semanas, a respeito da atualização da planta genérica de valores do IPTU de Porto Alegre.

Primeiramente, a gente quer colocar que entende como uma revisão necessária, depois de 26 anos sem uma revisão de uma planta genérica de valores. A gente quer separar um pouco o debate entre a atualização da planta e a questão das alíquotas que são cobradas no IPTU de Porto Alegre. Primeiramente, uma questão importante: depois de 26 anos sem atualização, é fato que o IPTU de Porto Alegre é o mais injusto, disparado, do País. Há 26 anos, a Cidade era outra. Hoje muitos contribuintes pagam impostos irrisórios, muito menores do que deveriam, enquanto outros estão pagando muito mais imposto do que deveriam. A gente tem que tratar esse assunto, acredito que esta Casa é o lugar mais propícia a fazer o debate da atualização da planta, e é por isso que nós estamos aqui.

Um pequeno resumo que colocamos inicialmente. Na primeira tabela, são mais ou menos 12 a 15 imóveis cujo valor de mercado deles hoje é mais de R\$ 1 milhão. O primeiro deles paga por ano R\$ 126,00; são R\$ 10,50 por mês, um imóvel que hoje vale mais de R\$ 1 milhão. Esse é um retrato, porque são diversos casos de diversos tipos de imóveis em diversos bairros, como pode se ver ali, de imóveis que hoje valem mais de R\$ 1 milhão, ou seja, de pessoas que hoje, vendendo, poderiam botar R\$ 1 milhão no seu bolso e pagam menos de R\$ 1 mil por ano, ou seja, valores irrisórios perto do valor do imóvel. Em outros casos, imóveis que valem R\$ 45 mil, na nossa planta de valores – obviamente pouquíssimos imóveis em Porto Alegre valem R\$ 45 mil –, que pagam entre R\$ 6,40 e R\$ 390,00. Ou seja, nós temos um imóvel, em Porto Alegre, que custa mais de R\$ 1 milhão e que paga R\$ 126,00, e um imóvel que está na planta de valores que vale R\$ 45 mil e paga R\$ 390,00. Este é o retrato atual do IPTU de Porto Alegre: contribuintes que têm imóveis milionários pagando um terço do valor de contribuintes que têm imóveis que valem hoje R\$ 45 mil do valor venal, enquanto outro imóvel, de R\$ 520 mil, hoje paga R\$ 1.468,00, ou seja, uma completa distorção que existe hoje na cidade de Porto Alegre em que pessoas mais humildes pagam por seus imóveis impostos mais caros que de muitos imóveis com valores milionários, como a gente pode ver nessa tabela.

Alguns dados gerais, que vou passar rapidamente, como todos já têm conhecimento. O IPTU de Porto Alegre, em 2016, foi R\$ 393 milhões – esse valor é somente 6,5% de toda a receita que o Município arrecadou. Então nós temos um tributo que é menos de 10% de todas as receitas do Município de Porto Alegre, e obviamente

não é aqui a maior arrecadação do Município e não é com ele que se resolvem os problemas das finanças.

Uma questão importante também: os carros que hoje transitam em Porto Alegre, os contribuintes pagam mais de IPVA do que de IPTU; é outra realidade, ou seja, um carro que custa R\$ 30 mil, R\$ 40 mil, o IPVA é mais caro do que o IPTU de imóveis que chegam até a 300, 400, R\$ 500 mil, R\$ 1 milhão. E na maioria dos casos as pessoas pagam mais condomínio por mês, nos seus imóveis do que IPTU por ano para a Prefeitura de Porto Alegre. Isso é outra realidade que é o IPTU de Porto Alegre. A participação do IPTU na receita corrente líquida, Porto Alegre é, dentre as capitais, a sétima colocada, muito atrás das demais capitais, considerando obviamente que Porto Alegre teoricamente seria uma Cidade com uma renda mais alta, com uma renda per capita mais alta e ainda assim ela está bem abaixo da média das outras capitais. E se a gente for ver as capitais, como Fortaleza e Manaus, estão se aproximando, em breve nós estaremos lá no fundo, no último lugar da lista das capitais que menos arrecadam IPTU em todo Brasil.

Porto Alegre é a capital com a planta de valores mais desatualizada do País, de 1991. Todas as demais capitais do Brasil já atualizaram as suas planta de valores; é a única capital que não atualizou a planta depois do Plano Real – tem gente aqui que eu acho que nem era nascida na época do Plano Real – de todos os partidos, ou seja, não é uma questão ideológica, de quem foi gestão, quem teve Prefeitura em algum lugar do País, algum partido praticamente que teve alguma gestão, que teve representatividade, no Poder Executivo, nos últimos anos, nas últimas duas décadas e meia algum Prefeito do seu partido atualizou a planta de valores, como se pode ver na coluna da direita.

Depois de 26 anos, a Cidade hoje tem um Estado remodelado, uma Arena de futebol nova, novos *shoppings*, a Perimetral, toda uma recuperação da orla, todo um alargamento, uma revisão da Juca Batista na Zona Sul; bairros que não existiam e que hoje existem, talvez, dos mais caros da Cidade e o retrato da Cidade continua preto e branco, de 26 anos atrás, de 1991. Ou seja, enquanto algumas áreas de sobrevalorizaram, teve o *boom* imobiliário, e lãs não tiveram a sua atualização na planta de valores do IPTU, outras, que se depreciaram ao longo do tempo, continuam pagando IPTU daquela época, tornando obviamente a disparidade no IPTU absurda e tornando o IPTU mais injusto do Brasil disparadamente.

Alguns exemplos de injustiça, como a gente falou inicialmente, imóveis que hoje, no cadastro da Prefeitura vale 45 mil reais, pagam entre R\$ 6,40 a R\$ 390,00. Aquele que paga R\$ 6,40 deve estar muito bravo com a proposta da planta de valores, afinal, o cara paga R\$ 6,40 pelo seu imóvel no dia de hoje por ano, enquanto outro com valor igual para R\$ 390,00. Esse deve estar com certeza vibrando com uma correção da planta que vai tornar o imposto dele menos injusto; do lado direito, fotos de imóveis que valem 520 mil reais, sendo que um paga R\$ 263,00 de IPTU ao ano; outro, R\$ 886,00, e um último, R\$ 1.468,00. Mesmo o último imóvel que paga R\$ 1.468,00, com certeza, o seu condomínio não corresponde a dois meses de IPTU ano. Então, esse é mais um retrato de injustiças. Outro retrato é o que mostra uma listagem do bairro Bela Vista: imóveis, da linha 1 à 5, que valem em torno de 350, 360 mil reais, provavelmente de um

nível mais alto da Cidade, pagam entre R\$ 509,00 e R\$ 1.434,00. Imóveis no mesmo bairro, nas linhas 10 e 11, que valem entre 460 e 490 mil reais; destes, um imóvel paga R\$ 622,00; outro, R\$ 2.125,00. Imóveis que valem em torno de 3 milhões de reais, imóveis de quem mora em bairro de elite, um paga R\$ 4.2178,00; outro, R\$ 7.196,00. Então, esse é um retrato de um bairro nobre da Cidade, onde obviamente os que estão pagando mais caro estão torcendo para que haja uma revisão da planta de valores, e os que pagam valores muito baixos, como o imóvel na Rua Cel. Lucas de Oliveira, que paga R\$ 622,00 está torcendo que este projeto não seja aprovado. Aqui são colocados valores venais, sobre os quais são cobrados o imposto, que é simbólico. A gente traz uma listagem de imóveis nos mais diversos bairros da Cidade, que valem entre 15 e 30 mil reais de valor venal. Se algum contribuinte desses quisesse vender para qualquer um de nós que está neste Plenário hoje pelo valor que está na Prefeitura, todos nós compraríamos na hora, porque obviamente esses imóveis estão longe de valer menos de 30 mil reais. E os impostos, o IPTU que cada um paga: 25, 35, 40, 50, 60 reais por ano! Por ano! Então, obviamente mostra mais uma injustiça no IPTU de Porto Alegre. Uma outra questão: situações vexatórias. Temos ali na primeira coluna valores venais e na terceira coluna quanto se paga de IPTU por ano hoje: R\$ 1,39, R\$ 1,59, R\$ 2,99 - tem até aquele lojinha que vende a R\$ 2,99. Com R\$ 2,99 se paga IPTU em Porto Alegre ainda. Com R\$ 2,99 por ano se paga IPTU em Porto Alegre. Então é mais uma demonstração que nós temos casos, obviamente, com distorções imensas, de pessoas que pagam menos de R\$ 10,00, de R\$ 15,00, de R\$ 20,00, próximo de R\$ 50,00 por ano na cidade de Porto Alegre.

E aqui é uma lista de imóveis, todos com valores atualizados de mais de R\$ 1 milhão, que pagam, por mês, R\$ 10,50, R\$ 10,60, R\$ 28,00, R\$ 55,00, R\$ 74,91, R\$ 78,89. Imóveis que hoje valem mais de R\$ 1 milhão, R\$ 1,2 milhão, R\$ 1,3 milhão, R\$ 1,5 milhão pagam menos de R\$ 1 mil de IPTU por ano. Provavelmente muitas pessoas que estão aqui pagam mais de R\$ 1 mil por ano, e obviamente tem imóveis muito mais modestos comparados aos de R\$ 1 milhão. E ali são residências, terrenos, comércios, ou seja, obviamente demonstra que o IPTU de Porto Alegre não é justo com aqueles que têm imóveis mais caros e, sim, injusto com aqueles que têm imóveis mais baratos.

A nossa proposta que está nesta Casa sendo discutida reduz todas as alíquotas de todos os tipos de imóveis. Todas as alíquotas serão reduzidas de todos os tipos de imóveis com a atualização da planta. A nossa proposta é um IPTU progressivo, ou seja, aqueles que têm imóveis mais baratos pagariam menos IPTU do que aqueles que têm imóveis mais caros – o que hoje não acontece na cidade de Porto Alegre.

Porto Alegre, ainda com a nova alíquota, terá as alíquotas mais baixas do País. Se nós olharmos a tabela, a cidade de São Paulo tributa para imóveis residenciais de 0,8% a 1,6%. O Rio de Janeiro tributa 1,2%, e tem um projeto de lei na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro propondo as alíquotas progressivas. Belo Horizonte, entre 0,6% e 1%; Fortaleza, entre 0,6% e 1,4; Recife, 0,6% e 1,4%; Curitiba, 0,2% e 1,1%. Ou seja, mesmo com as novas alíquotas, elas serão das menores do País. Isto é uma coisa importante de colocar: ainda assim, o tributo do IPTU de Porto Alegre será muito abaixo da média das outras Capitais.

A questão das isenções, que eu sei que é um tema de debate aqui, nesta Casa, nós estamos ampliando o volume de isenções do IPTU. Hoje só há isenção para quem tem imóvel no valor de até R\$ 13 mil, estamos ampliando para R\$ 60 mil. Os imóveis do cadastro da Prefeitura no valor R\$ 60 mil serão isentos. Aposentados que hoje têm imóveis de menos de R\$ 240 mil, as isenções serão para imóveis de menos de R\$ 470 mil, aqueles que recebem um valor menor. Nós estamos propondo abolir a isenção de entidades esportivas, entidades culturais, clubes de futebol, estacionamentos e áreas de imprensa de estádios de futebol. Este é um debate, a Câmara tem que saber e se quer decidir que esses clubes e entidades paguem ou não IPTU como todos os outros moradores da Cidade. Eu acho que é um debate que tem que ser colocado.

Aqui um exemplo de como ficaria um imóvel de R\$ 300 mil, ou seja, estabelecendo uma alíquota progressiva, se calcula o valor da alíquota versus o valor venal do imóvel; hoje é impossível, ninguém consegue calcular, e teríamos uma razoabilidade, um imóvel de R\$ 300 mil, que já será um valor menor de mercado, já calculado para ser um valor menor do que o de mercado, pagaria um IPTU de R\$ 97,00 por mês, R\$ 1.160,00 por ano. O condomínio de um imóvel de R\$ 300 mil é mais ou menos R\$ 400,00 por mês. Nós estamos falando de um IPTU que não dá três meses de um condomínio. O IPVA de um carro de R\$ 50 mil, para quem tem um imóvel de R\$ 300 mil, ele custa R\$ 1.500,00 por ano. O IPVA desse contribuinte será maior do que o IPTU, e metade do IPVA fica para o Estado, enquanto que o IPTU fica cem por cento no Município de Porto Alegre.

A proposta é que obviamente quem paga R\$ 1,00, R\$ 5,00, R\$ 10,00, R\$ 30,00, R\$ 50,00 não tenha um impacto de uma vez, esse impacto seria diluído ao longo de quatro anos, com um aumento máximo de 30%, mesmo aqueles que pagam valores irrisórios teriam um tempo para se adaptar e se preparar para pagar, em 2021, quando haveria o maior aumento para aqueles contribuintes, o primeiro ano da próxima gestão, o valor final do IPTU devido, IPTU que seria justo de se pagar pelo imóvel que se possui hoje.

Aqui é o impacto global, que eu deixo à disposição dos Vereadores, esta apresentação ficaria aqui. Eu chamo a atenção para o último exemplo, nós temos seis imóveis que valem R\$ 45 mil hoje na planta de valores do IPTU de Porto Alegre. O primeiro, que hoje paga R\$ 111,00 seria isento, não pagaria nada. O segundo que paga hoje R\$ 384,00 por ano de IPTU, pagaria R\$ 78,00, teria uma redução. Hoje, o terceiro imóvel paga R\$ 6,00 de IPTU, pagaria R\$ 122,00 – R\$ 10,00 por mês. O quarto imóvel, que hoje é R\$ 45 mil, paga R\$ 127,00, pagaria R\$ 124,00, mais ou menos o mesmo. Agora, os dois últimos imóveis, um que custa R\$ 45 mil, mas, na prática, no mercado, custa R\$ 189 mil, hoje paga R\$ 37,00, passaria a pagar R\$ 606,00 por ano. E o último, que é o exemplo mais gritante, uma pessoa que hoje possui um imóvel de R\$ 348 mil – lembrando que esse imóvel não custa esse valor, ele já está em um valor abaixo do mercado -, ele paga R\$ 385,00 e passaria a pagar R\$ 1.451,00. Ou seja, esse é o retrato da distorção do IPTU de Porto Alegre, duas pessoas estão sendo prejudicadas por estarem pagando mais IPTU do que as duas últimas que têm imóveis muito mais caros.

Esse é o retrato do IPTU de Porto Alegre, é esse debate que temos que travar aqui na Câmara.

Aqui, a distribuição dos imóveis, que fica à disposição – e eu chamo a atenção, já encerrando – a situação do IPTU atual com o IPTU proposto.

Hoje, menos do que R\$ 100,00, R\$ 8,33, se paga 38,51% das pessoas. Abaixo dos R\$ 200,00, que são 16,6%, metade. Hoje, metade dos contribuintes paga menos do que R\$ 200,00 por ano. Na nossa proposta, seria 44%, uma diferença de seis pontos percentuais. E somente 15% dos contribuintes pagam mais de R\$ 1 mil por ano. Na nossa proposta, seriam 24%. Ou seja, mesmo com esse ajuste, e depois de 26 anos, nós continuaríamos privilegiando aqueles contribuintes que têm imóveis mais baratos. E, lembrando que, de 13,6% de imóveis isentos hoje, nós passaríamos para 21,5%, nós aumentaríamos o número de imóveis isentos, de contribuintes que não pagam e não devam pagar nada, porque são aqueles que têm imóveis mais baratos e em regiões mais periféricas e mais humildes da Cidade.

Depois de 26 anos, para mim, parece muito justo e claro que haja uma correção daqueles que pagam pouco e um benefício para aqueles que pagam mais. E esse é o objetivo da atualização da planta de valores, é o objetivo por que queremos trazer o debate na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Aqui o impacto no boleto – para quem está preocupado com isso. Quem hoje paga entre zero e R\$ 100,00, teria uma redução média de 21%; entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00, lá no final, 23%; entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00, 16,4% de redução; R\$ 300,00 e R\$ 400,00, 6,89%; de R\$ 400,00 a R\$ 500,00, 3,29%. Somente quem paga hoje mais de R\$ 500,00 de IPTU, em média, teria um acréscimo no seu boleto. Obviamente, esse aumento seria maior para aqueles que pagam hoje R\$ 2 mil de IPTU por ano, que são aqueles contribuintes que têm imóveis mais caros. Ou seja, além de tudo, nós promoveríamos justiça tributária num IPTU progressivo, em que aqueles que têm mais condições de pagar, paguem mais, e aqueles que têm menos condições de pagar, paguem menos.

Por último, um debate na Casa, para encerrar, o IPTU Voluntário. Nós queremos criar o IPTU Voluntário para que as pessoas que queiram pagar um pouco a mais o seu IPTU, inclusive aqueles isentos, possam escolher onde eles querem aplicar os seus recursos. Uma relação pela qual a população decida, através de internet, aplicativos, onde aquele IPTU a mais que ela quer pagar deve ser aplicado: câmara de segurança, tapa-buraco, recuperação de praças, podas de árvores, etc. É mais um debate que a gente propõe na Câmara de Vereadores.

Estou à disposição para eventuais perguntas. Esta apresentação fica à disposição de vocês, eu também estou com os técnicos da Fazenda; para qualquer dúvida, estamos à disposição. Eu só coloco: não vamos reduzir o debate, por favor, ao debate das alíquotas da arrecadação; nós temos que discutir a planta de valores de Porto Alegre. Não é possível mais nós termos o IPTU mais injusto do País; depois de 26 anos, nós temos o IPTU mais injusto de todo o Brasil. Deste debate nós não podemos fugir, eu tenho certeza de que os Vereadores entendem esse ponto, vão discutir e chegar num

projeto que seja o melhor para a Cidade. Agradeço mais uma vez o convite, fico à disposição de perguntas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido o Sr. Leonardo Busatto para fazer parte da Mesa. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Sr. Secretário, a quem agradeço, sei que está à disposição de participar e vir a esta Casa. De tudo o que o senhor apresentou aqui hoje, o que mais me chamou atenção é o tal do IPTU Voluntário! O pessoal não tem dinheiro para pagar 30% ou 50% de aumento e vai se apresentar lá na Prefeitura: “Olha, eu vim aqui pagar o IPTU; eu não preciso, mas vou pagar”!. Essa é uma ideia de gênio.

Eu gostara de propor ao Sr. Secretário não um debate aqui, obviamente respeito o senhor, mas uma conversa. Tenho acompanhado suas entrevistas, e o senhor tem colocado os clubes como grandes vilões dessa situação. Eu entendo, politicamente, estou no meu quinto mandato aqui, que esse projeto veio para cá para constranger os clubes com a sociedade e a sociedade com os clubes e tentar constranger os Vereadores. Mas os Vereadores não vão se constranger, Secretário, porque para este projeto nós apresentamos um emenda em conjunto com 25 assinaturas. Não deu tempo ainda dos sete da oposição assinarem, porque eu tive que correr na frente, porque o próprio Governo ia mandar esta emenda para cá. Mais o novo que vai assinar, então nós teremos 33 assinaturas para dizer não. Na realidade o conceito de clube hoje é outro, Secretário. Antigamente era obrigado a ser sócio, era obrigado a comprar o título, aí pagava a mensalidade para ir ao carnaval, para ir ao baile de debutantes, para ir na academia, para ir na nataçãõ, para ir ao reveillon. Hoje o condomínio mais simples de Porto Alegre tem academia, tem piscina. As pessoas se retiraram dos clubes, têm outras atrações. O senhor disse que tem 327 clubes isentos, depois vou passar um documento para o senhor, porque tem dezenas de clubes desta lista que não existem mais. Vou lhe dar um exemplo: Clarão da Lua, um time de várzea, fundado em 1949, tinha uma sede de dois andares na década de 50 a 60 no Mont’Serrat, na Pedro Ivo, que não tem mais, tinha um campo de futebol lá do Clarão da Lua que o Zaffari comprou e vai fazer um supermercado. Então não dá pra dizer que são 327. Alguém está informando errado. Eu sei que o senhor pediu a lista lá e algum incompetente e preguiçoso foi ao computador, apertou um botão e disse assim pro senhor: “ Está aqui, Secretário.” O Bagé tem um time de 70 anos em Petrópolis. Não existe mais, não joga mais. Então, se o senhor quiser ajuda, o senhor veio aqui nos convencer, nós temos aqui diversas pessoas ligadas a clubes para sentarem com o senhor e explicarem como funciona isso. Pegue, por exemplo, Leopoldina Juvenil, Jockey Club, Hípica, Country Club, estão todos quebrados, Secretário. Pegue a Sogipa, o União, são times que nem jogador de futebol, Cassiá, em fim de carreira... Só tem o nome, só tem o nome. E tem outra coisa

importante que o Governo não fala: que arrecada quase R\$ 500 mil por ano com a taxa de lixo que os clubes pagam.

Vamos lá, Secretário, para o Grêmio e Inter. Não dá para botar o São José junto com o Grêmio e Inter. Eu concordo com o senhor. As arenas, o campo de futebol não pode pagar, mas o edifício-garagem lá, que abriu, explora, não é o Inter? Tem que pagar. As lojinhas que estão embaixo ali da Arena e do Beira-Rio, dos dois, têm que pagar. Lá no Parque Gigante, tem um prédio lá que tinha uma churrasceria. Dizem que não paga. Tem que pagar.

Agora, o que eu não entendi é se o Governo quer salvar a Cidade ou se o Governo quer salvar a Prefeitura. Para salvar a Cidade, não dá para dar 30%, 50% de aumento no IPTU, porque a Prefeitura não pagou nem 4% de reposição salarial.

Não dá, também, para dizimar a carreira de funcionário público, embora tenha situações, Sr. Secretário, que eu estou disposto a rever, como por exemplo a da licença-prêmio, de três meses em cinco anos. Eu estou disposto a rever isso. Agora, tirar RDE, GI, essas coisas, não pode! Não pode! (Palmas.)

E, pelo o que estou vendo, no aumento de impostos, o Governo está querendo salvar é a Prefeitura, e não a Cidade, porque, se é só para aumentar imposto, eu vou na garagem aqui, pego o Ivo ali, que pega o lixo reciclável, boto o Ivo lá de Prefeito, pego um economista competente que nem o Secretário, fico aumentando imposto e vou administrar.

Então, Secretário, eu estou à disposição, e quero passar às suas mãos um ofício para que o senhor indique para nós, para poder nos convencer, quais são os cem maiores devedores de IPTU em Porto Alegre e ISS...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: ...Que o senhor indique para nós, os Vereadores, mande para cá os cem maiores devedores de IPTU e ISS e as dívidas; que o senhor possa disponibilizar para nós esta lista de 327 associações, instituições, que eu vou ajudar o senhor a dizer as que não existem mais. E, por fim, que o senhor nos apresente de onde saiu este valor de R\$ 14 milhões que os clubes deixam de pagar, quando a grande maioria desta lista não existe mais. Muito obrigado. Espero ter contribuído com este discurso. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: Presidente, caríssimo Leonardo, colegas Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores, eu tenho a convicção, espero não estar errado, de

que o Secretário Leonardo veio aqui para ouvir e dialogar. Eu tenho insistido nesse tema de que o Governo local tem profundas dificuldades de escuta e mais dificuldades ainda de diálogo. Por isso que, Secretário Leonardo, eu gostaria de acertar com V. Sa., e se possível com alguns dos seus assessores, porque nós precisamos sentar um tempo suficiente para discutir alguns temas. A planta de valores como está, sabemos nós, se formos honestos com nós mesmos, que não pode ficar como está. V. Sa. apresentou um quadro aqui que é estarrecedor de imóveis acima de R\$ 1 milhão com discrepâncias que são assustadoras. Eu não sei como, por tantos anos, 26 anos, houve e foi possível tanta discrepância.

Quero discutir várias questões, porque eu concordo com essas alíquotas escalonadas, mas eu acho que tem que ter algumas explicações, por exemplo, pelo que eu conheço da economia local, nós deveríamos ter uma alíquota intermediária, valores intermediários entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão. Porto Alegre é uma cidade com um conjunto de apartamentos e de casas que hoje está entre esses valores de R\$ 550 mil, R\$ 750 mil e R\$ 800 mil reais. Portanto nós precisamos rediscutir essa alíquota, a bem de que nós não façamos injustiças, porque o que já está aí já é injusto demais.

Acho também que o escalonamento em quatro anos é bem razoável, mas eu diria mais, talvez a grande questão, o ponto de equilíbrio para uma nova planta de valores fosse: hoje você tem o preço de mercado, só que você não consegue vender pelo preço de mercado, então nós vamos ter que ver um redutor. Vou dar um exemplo, eu moro no Centro Histórico de Porto Alegre, não sei exatamente o quanto eu pago de IPTU, mas é algo em torno de 2 mil ou 2 mil e pouco, na Riachuelo, Centro Histórico. Não tem porque ficar escondendo. Naquela região, ou em outras regiões, os apartamentos, no preço de mercado, estão muito altos, inclusive, de uns dez anos para cá, isso quintuplicou. Só que, pegando os últimos três anos, os ditos preços de mercado estão em torno de 900 mil, 1 milhão, e o Senhor não consegue vender por 600 mil. Então, temos de ter um redutor, e esse redutor, nós podemos discutir, que tenha prazos. Que a gente faça um redutor, sobre essa planta de valores, de 30 a 40%, pelo menos no primeiro ano, a ser revisto, com uma emenda a essa legislação, nos próximos 4 ou 5 anos. O senhor quer justiça tributária em Porto Alegre, nós estamos dispostos a ajudar a fazer justiça tributária em Porto Alegre. Ademais, se nós tivermos essa condição, você está pagando IPTU sobre o que o teu imóvel valeria se fosse vendido. É o que eu vou pagar de ITBI numa negociação inter-vivos, acho que isso é o mais correto. Eu acho que os imóveis de menos valor têm de pagar menos. Não se sei se o valor de 60 mil reais é o mais correto. Você é desobrigado, pelo Código Civil, a fazer a sua escritura até o valor de 30 salários mínimos, 30 mil reais. Talvez, simbolicamente, não valha a pena cobrar, mas eu acho que aquilo que é simbólico é importante. Se o povo, que tem menos condições, normalmente, gosta de pagar, para poder dizer que “eu pago IPTU e isso aqui é meu”. Então, talvez uma alíquota muito reduzida de 30%...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ADELI SELL: ...Talvez fosse algo educativo, mais do que arrecadador. Talvez, ainda mexer em alguns intermediários, mas talvez essa questão, 100 para 300 ou 300 para 500 deve ter outra faixa 500 para 750 ou 700 mil, uma faixa intermediária. Senão, isso não é justo, porque, entre 500 e 1 milhão, tem uma diferença incrível no caso de Porto Alegre. Então, acho que está errado. Finalmente, secretário, eu estou a sua disposição, porque sempre lutamos pelo imposto progressivo. E nós temos que ter, finalmente, uma discussão com V. Sa. acerca dos vazios urbanos, e talvez um mapa mais claro – não sei se é possível hoje, mas numa próxima vinda – sobre as grandes artérias que foram feitas e a valorização não só da edificação, mas da facilidade da região. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas Vereadores, boa tarde, Secretário. Gostaria de iniciar minha fala de uma maneira um pouco mais filosófica, falando sobre o IPTU. O IPTU é, talvez, um dos piores impostos que existem em nosso País. IPTU nada mais é do que um pagamento de locação naquilo que deveria ser propriedade. Assim como IPVA. A gente acha que compra um apartamento, a gente acha que compra um carro, mas todo ano a gente vai lá e paga uma taxa de autorização para uso da sua própria propriedade. Somos mesmo proprietários de imóveis e veículos automotores ou estamos alugando esses imóveis e veículos do Poder Público quando pagamos IPTU e IPVA? Afinal de contas, aquela ideia de que IPTU é uma taxa de administração do condomínio, que é a cidade, nada poderia ser mais falso do que isso. Nós pagamos taxa de lixo, nós pagamos pela água e esgoto, nós pagamos taxa de iluminação pública. Se fosse uma taxa condominial, que se abolissem, então, todas essas outras taxas, e restasse, portanto, o condomínio da Cidade. Mas não é assim. Eu sei que alterar isso não compete à Câmara Municipal, não compete ao Governo do Estado, competiria, talvez, ao Congresso Federal, mas é justo que se faça reflexão sobre a origem deste tributo e sobre o porquê deste tributo, para que a gente possa avançar também na discussão de justiça tributária, que é o que o Governo tem alegado ao propor este debate. Justiça tributária ou um aumento de arrecadação disfarçado sob o argumento de justiça tributária? Começo pela alíquota progressiva, quase um crime contra o poupador. A alíquota progressiva parte da premissa de que patrimônio e renda andam juntos, o que não tem como ser verdadeiro. Isso é tão falso quanto uma cédula de três reais. Pense numa senhora que comprou sua casa há 40, 50 anos, passou boa parte da sua vida pagando por ela, em um bairro que, nos últimos 20 anos, se desenvolveu, recebeu a terceira Perimetral, recebeu investimentos de água, luz e esgoto, um *shopping center* se instalou próximo da casa. Essa senhora pode ter tido ganho de patrimônio, pois essa casa valorizou, mas ela não necessariamente teve ganho de renda, e ela vai ter que pagar maior IPTU por conta de uma renda que ela não teve aumentada. E quando

you have a progressive tax, you punish even more someone who has their patrimony valued, ignoring this fundamental premise that income does not necessarily increase with the patrimony. And you punish every time more those who save through their real estate. I am not talking about big speculators, I am not talking about big companies, big savers, I am talking about the average citizen, the common citizen. Besides that, if there is interest in making tax justice, then the Government should not see an increase in revenue with the IPTU. Today, for example, if there is a citizen who pays R\$ 600 on a property, which is the same as citizen B, who pays R\$ 200 and has this R\$ 400 difference, we have a fact injustice. But the Government does not want both to pay R\$ 400, raising R\$ 200 from what they pay only R\$ 200 and reducing R\$ 200 from what they pay R\$ 600. He wants both to pay R\$ 600. He wants both to pay R\$ 700 perhaps. And that this larger slice via IPTU it means then in the fattening of the city's treasury, to be used in scandals like the showers of the DEP, to be used in state debts of transport, to be used wherever. Any of the priorities that a Government can have, and many times, what ends up not going to essential areas, when taxes are increased, when revenue is increased, in this case, but ends up being lost inside the city's treasury, then, I invite the City. And the discussion about clubs is nothing more than the same thing, it is discussed about clubs, if they should or not pay IPTU, I ask: would the City be interested in modifying its project, so that it could acquire R\$ 14 million that it claims to receive through clubs, to be deducted from the citizen who pays IPTU? It takes the R\$ 14 million that comes from clubs, Grêmio, Inter and everything else and reduces the IPTU for the one who lives in Restinga, for the one who lives in Belém Novo. Will there be interest? No, there is no interest. The interest is the increase in revenue under the pretext of tax justice. Tax justice is not this, excuse me, and for this I make a statement and I hope that the people advance in this debate and improve this project and we will in fact debate about justice. Thank you.

(Not reviewed by the speaker.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Secretário, devo afirmar que eu já me espantei com a ausência do servidor público e o serviço que ele presta naquela consulta popular de onde colocaram os recursos angariados pelo IPTU, porque não tem como nós termos um bom trabalho de asfalto, por exemplo, de conservação de vias, se não tivermos excelente fiscalização, excelente contratação. Estamos, inclusive, fazendo um Pedido de Informações sobre a Operação Tapa-Buracos deste ano e de anos anteriores, porque nós estamos vendo a péssima qualidade, a pouca duração. Não há investimento da Prefeitura que dê certo se não tiver um servidor público motivado, qualificado e valorizado. Portanto, não dá para não estar na consulta à população o

servidor público preservado e garantido na sua carreira. Nossa bancada não está com posição contra ou a favor, nós já disputamos aqui na Câmara Municipal, quando éramos Governo, o IPTU progressivo, que é a nossa defesa. Nós achamos que quem mora melhor, mais perto, deve pagar uma alíquota maior, e, como traduz bem o Edson, ter um IPTU social para quem mora na periferia, que tem muito mais gasto para se locomover e acessar os serviços, e mais, lá não chegam serviços com qualidade. Ontem estive aqui a Lomba do Pinheiro, e lá falta água sistematicamente; na Zona Sul tem problema de recolhimento de lixo, problemas de postos de saúde, e problemas para os professores, médicos e enfermeiros estarem na ponta, porque é violento, portanto é difícil de prover. Então, é importante para nós, e nós vamos tentar construir, um IPTU socialmente justo.

Achamos que os vazios urbanos – não identifiquei, nós ainda não estudamos completamente –, os prédios e terrenos na cidade de Porto Alegre que são usados apenas para especular devem ser taxados de maneira diferenciada, por quê? Porque a propriedade, o Ver. Wambert usou esses termos num debate esses dias, só se justifica pela sua função social. Isso está na Constituição: propriedade privada se justifica pela função de uso, e é assim que nós temos que tratar o IPTU. Nós temos uma demanda brutal de moradia na cidade de Porto Alegre e não podemos permitir vazios urbanos para especulação. Esses são os itens que devemos apresentar propostas, emendas e gostaríamos da sua atenção.

De outro lado, sobre o tema da retirada das isenções, o Ver. Bosco já falou aqui dos clubes sociais, e eu chamo atenção sobre as entidades culturais sem fins lucrativos que são entidades que lutam com poucos recursos para fomentar a cultura, para oportunizar a arte e não têm apoio continuado, não têm recursos. – a Cultura tem perdido muitos recursos. Achamos que não dá... Ao contrário, gostaríamos que tivesse vindo a esta Casa – e tomaremos essa iniciativa, espero que coletivamente – a isenção de IPTU para instituições comunitárias que fazem atendimento direto à população, como as creches comunitárias da Prefeitura ou como as entidades que atendem SAS, que fazem trabalhos educativos, que atendem abrigos, etc. É um absurdo o Município ter convênios deficitários com essas entidades! Só na educação infantil, de zero a cinco anos, 20 mil crianças são atendidas, e essas entidades pagam taxa de lixo, pagam IPTU, pagam a taxa de água e recebem muito pouco, vivem fazendo misérias. Hoje de manhã, estavam todas aqui, porque está sendo exigido PPCI, está sendo exigidas não sei quantas coisas para elas continuarem conveniadas, e esse serviço a Prefeitura deveria prestar diretamente. Então, Secretário, na minha opinião, um IPTU justo deveria vir isentando as entidades que têm esses convênios sociais com a Prefeitura, e aí, sim, um percentual maior para quem mora mais perto.

Eu quero entrar um pouquinho, Secretário, nos debates que nós já fizemos do início do ano até aqui. Quando o Simpa disse, nós apoiamos uma revisão de IPTU justo – quando eu falo Simpa, não é a diretoria, é a categoria, são as assembleias –, porque entendemos que é preciso ser responsável com as receitas da Prefeitura. Esta é a posição da nossa bancada: nós entendemos e apoiaremos busca de receitas, financiamento – como votamos o financiamento para as obras –, desde que parem as

políticas de massacre do funcionalismo municipal, de assédio ao funcionalismo, de retirada de direitos, de instabilidade na tirada de regimes.

Secretário, como é que um município não vai saber se de outubro para novembro ele vai ter o seu salário integral ou 50% do salário? Ninguém vive desse jeito, nós não vamos dar acordo nunca a isso. Isso tem desestimulado as carreiras. Não adianta arrecadar e perder o conhecimento, a qualidade técnica, o estímulo e a qualidade do servidor público.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do Ver. Rodrigo Pox, de Viamão – seja muito bem-vindo a esta Casa, tenha uma boa estada aqui conosco.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, quero cumprimentar o Secretário Busatto e a categoria que nos acompanha. Obviamente, o tema de hoje trata do IPTU. Nós temos muitas considerações ao projeto que foi apresentado pela Prefeitura à Câmara de Vereadores, no que diz respeito a essa atualização do valor venal trazida pelo Secretário.

Antes disso, Secretário Busatto, há um tema que tem nos preocupado muito. A Ver.^a Sofia terminou falando que a busca pelo IPTU justo e o aumento de receitas deveria estar vinculado à questão da garantia de direitos do funcionalismo. Eu vejo mais grave ainda a situação. Nós temos a informação do Tribunal de Contas do Estado que o comprometimento da receita com a folha é de 44%, muito antes do limite prudencial previsto por qualquer instrumento da lei de irresponsabilidade social – aí fica a crítica a essa legislação feita no período neoliberal e que tem sido usado sucessivamente como argumento do Governo para atacar direitos. Inclusive, o balancete quadrimestral do Tribunal de Contas foi esse: 44,6%. A Prefeitura, repetidamente, tem dito que o comprometimento da folha ultrapassa 50%, já chegou a falar em 60% para justificar ataques brutais sobre a carreira. E nós queremos aproveitar esse momento e fazer essa crítica, porque nos parece um argumento falacioso para atacar direitos por um lado, para atacar o serviço público, para seguir uma receita autoritária, uma receita de ataque aos serviços e aos servidores e uma receita recessiva. O Bosco falou corretamente da situação econômica atual do Município e que a receita do Marchezan, na nossa opinião, vai seguir desenvolvendo essa crise econômica, uma vez que não garante direitos, não repõe a inflação, não investe em carreira e ainda propõe mecanismos como esse IPTU. Em segundo lugar, tem aspectos da economia municipal. Mas podemos fazer esse debate em outro momento.

Nós acreditamos que a progressividade também é composta pelo tamanho da propriedade, ou melhor, da quantidade de propriedades. O Ver. Roberto tem um projeto que coloca a sobretaxação em cem por cento em quem tem mais de quatro imóveis; isso para nós é correto. Quem vive com as rendas do aluguel e, portanto,

utiliza o instrumento dos imóveis como um instrumento de renda tem que ser sobretaxado; não é uma moradia familiar, isso não aparece no projeto. Segundo ponto: função social da propriedade, a questão da taxação dos vazios urbanos – e nós já vivemos dezenas de vezes nesta Casa –, imóveis abandonados inclusive no Centro da Cidade – como foram os casos dos esqueletos do Centro –, abandonados durante décadas, vazios, esperando a valorização imobiliária, muitas vezes dada, por projeto de lei para quem deveria ser sobretaxado. Isso o projeto não busca reparar, criando a sobretaxação dos vazios urbanos para que, em cinco anos, se tenha o dobro de IPTU e, no décimo ano, se não tiver destinação essa propriedade, se desaproprie para fins de moradia social. Ao contrário, nós vemos inclusive imóveis abandonados, como foi o caso do Laceiros, na Andrade Neves, pelo Estado, e que sofreram processo de reintegração de posse enquanto as famílias não têm sequer onde morar. E agora, mais uma vez, na Andradas, as famílias que não têm onde morar estão na iminência de ir para rua por falta de instrumento como esse – a função social da propriedade – que também não está no projeto da Prefeitura. Em terceiro lugar, nós temos algumas perguntas ao Secretário: a questão do módulo de cálculo do IPTU do sistema SIAT. Se está funcionando, eu já questionei ao Secretário. O SIAT foi alvo de investigação. O Tribunal de Contas teve que intervir no ano retrasado, para que não se pagasse mais uma parcela da Consult, e dava problema na questão da arrecadação do Município. O Município perdeu 40 milhões num esquema que poderia ser um grande caso de corrupção e que foi sustado, mas o modelo era ruim. Essas distorções que nós identificamos no projeto como elas se dão? Eu quero trazer duas distorções aqui muito graves e peço mais um minuto, Presidente, eu sei que tem vários inscritos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: ...Numa olhada rápida, nós vemos que, por exemplo, os imóveis da Rua dos Andradas com a Bento Martins são mais caros do que os imóveis da Andradas com a Borges de Medeiros, a famosa Esquina Democrática. Isso não tem nenhuma lógica. Não tem nenhuma lógica se ter uma das áreas mais valorizadas da Cidade com um imposto menor do que outras áreas que são só áreas residenciais, como é o caso da Andradas com a Bento Martins.

Segundo. No anexo 2, nós vemos a questão das alvenarias num dos casos das construções com mais de três andares sem elevador. Nós vemos que o “modo luxo” tem menos taxação que o “modo fino”. Eu até trouxe a questão da tabela para apresentar ao Secretário, porque é uma distorção muito grave e que, obviamente, mostra as debilidades e falhas em relação a essa construção.

Por fim, nós estamos fazendo um Pedido de Informações, porque o IPTU pode e deve ser um instrumento de planejamento da Cidade, mas também pode ser um instrumento de gentrificação, como é o caso, por exemplo, do entorno da Arena do Grêmio, que é um bairro claramente popular, com exceção dos seis prédios da OAS.

Humaitá e Farrapos são bairros proletários, e, se houver uma sobretaxação, vai significar a expulsão de famílias pobres a partir de um instrumento como o IPTU. Para que nós possamos ver isso, estou lhe entregando um Pedido de Informações, para que a gente possa ver como é agora a planta do valor venal, para poder comparar com as 400 páginas que foram entregues, e que nós estamos analisando com grande profundidade, porque, se o projeto significar um tarifaço sobre a classe média, a classe trabalhadora, não contem com o nosso apoio. Nós queremos taxar os ricos, porque esses sim podem e devem pagar.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Matheus Ayres está com a palavra.

O SR. MATHEUS AYRES: Boa tarde a todos colegas, amigos que acompanham a Sessão desta tarde; gostaria de abrir um parêntese, antes de falar do IPTU, com um pensamento da Irmã Dulce, que é uma pessoa a quem admiro muito: “Tudo o que acontece no universo tem uma razão de ser, um objetivo. Nós, como seres humanos, temos uma só lição na vida: seguir em frente e ter a certeza de que, apesar de, às vezes, estarmos no escuro, o sol vai voltar a brilhar”. Provavelmente, hoje ou amanhã, serão os meus últimos dias na Câmara de Vereadores. Logo mais, farei uma despedida usando o tempo do Governo que o Cláudio Janta vai me ceder, mas não poderia deixar de registrar que é muito bom estar aqui, é muito bom participar dos debates, mesmo quando a gente não concorda.

Para falar do IPTU, primeiro quero agradecer a presença do Secretário Leonardo Busatto, que sempre esteve muito pronto a escutar, a dialogar. Mesmo quando, Secretário, nós discordamos, o senhor sempre esteve muito disponível a travar os nossos diálogos. Quero parabenizar os funcionários do Município de Porto Alegre, grandes responsáveis por esse trabalho que foi apresentado hoje. Nós temos uma série de trabalhadores, colegas nossos, municipais, que investiram muito tempo no trabalho que hoje foi apresentado por quem está na ponta, que é o Secretário. Então, parabéns a esses municipais.

Sei também que muitos deles estiveram conosco nesta Casa quando da derrubada do teto dos R\$ 19 mil, com o que nós não poderíamos concordar. Eu não concordei com aquilo, porque seria um desrespeito à carreira do servidor, que fez o seu concurso, que fez a sua caminhada e que, por merecimento, chegou nos vencimentos em que estava.

Parabéns a todos os funcionários que participaram da criação desse projeto de atualização do IPTU, o que precisa ser feito. São 26 anos, e nós temos quase todos os partidos políticos muito dispostos a conversar sobre essa questão. Recordo que o meu amigo Adeli Sell – nós somos de partidos diferentes, mas sentamos praticamente juntos e conversamos muito – está disponível para travar esse debate. Por esses dias, Ver. Adeli, o senhor esteve nesta tribuna e disse que nós precisávamos criar uma frente por

Porto Alegre, e a frente por Porto Alegre passa por debater este assunto tão caro da revisão do IPTU. Lembro Curitiba – eu participei de um evento, em fevereiro deste ano, promovido pelos nossos colegas auditores fiscais do Município, quando trouxeram colegas de Curitiba e nos apresentaram o que lá foi realizado e a grande transformação por que a cidade passou a partir de uma revisão justa do IPTU. Eu acho que esta é a palavra certa: justa.

O Ver. João Bosco Vaz subiu a esta tribuna e falou sobre as entidades. Eu tendo a concordar com que as entidades, as associações precisam ter a sua função mantida, e isso passa também pela isenção de IPTU. Mas, cá entre nós, sobre Grêmio e Inter – eu sou gremista e sou sócio desse clube – é preciso discutir. São dois clubes que vivem do comércio, da venda de ingressos, de sócios que pagam a sua mensalidade, por que não discutir a possibilidade do IPTU? Trago isso para o debate.

Fiquei bastante feliz que a revisão do IPTU esteja propondo a continuidade de isenção àqueles que têm propriedade até R\$ 60 mil, levando aqueles que menos têm condições a continuar com a isenção. Da mesma forma os idosos, nós temos uma Frente Parlamentar em Defesa do Idoso, inclusive, um direito adquirido, acho importante a manutenção dele. Trago, para encerrar, duas questões para o senhor, Secretário, tenho duas perguntas a fazer, Secretário Busatto. Primeira: em nome da transparência, como o cidadão, o porto-alegrense será informado? Por que meios? Como foi feito todo o processo, os cálculos e quanto poderá ser o imposto a ser pago? Vai haver esse meio de comunicação? Haverá essa transparência? De que forma?

A segunda questão: a alíquota, até hoje, era de 0,85. Agora nós estamos criando faixas. Eu gostaria de saber qual foi o discernimento realizado para que essas faixas fossem criadas. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, Vereadoras, Vereadores, Presidente Cassio Trogildo, público que assiste esta Sessão. Secretário Busatto, esse tema o Governo, infelizmente, trouxe tarde, inclusive, para a Câmara de Vereadores, é um assunto que já deveria ter sido debatido no primeiro semestre. O Governo ficou o primeiro semestre inteiro centrado a discussão no corte de despesas, mas não no corte de despesas dos privilégios e dos esquemas de corrupção que, infelizmente, nós ainda temos, sem investigar na Prefeitura de Porto Alegre. O Governo ficou cortando despesas e aterrorizando os servidores públicos todo o primeiro semestre! (Palmas.) Isso é lógico que coloca uma situação difícil, porque o Governo tem feito uma opção que não é a de diálogo. É uma opção de enfrentamento não só contra os servidores, mas, sobretudo, contra eles. Eu, ao longo do primeiro semestre, dizia que era necessário discutir o tema das receitas. De fato, a atualização do valor venal dos imóveis, ela se impõe, ela é uma necessidade da Cidade. Nós estamos estudando o projeto, que é um

projeto que faz essa atualização. Se formos analisar a situação atual do IPTU, não tem nenhuma lógica, nisso a exposição do Secretário é verdadeira. Há disparidades entre os pagadores de IPTU, mesmo que tenham uma propriedade com valor igual, então, a atualização é necessária. É lógico também que a atualização linear, sem progressividade significaria um tarifaço gigantesco. Talvez tenha sido por isso que nós chegamos a uma situação inusitada de um Governo, que tem uma ideologia neoliberal – tem demonstrado isso ao longo dos seis meses –, ter apresentado um projeto que tem progressividade. De uma certa forma, ficou demonstrada a necessidade da progressividade. De qualquer forma, o fato de ter progressividade é muito importante. Também é uma conquista que haja uma alíquota diferenciada, porque não se podem tratar desiguais com a mesma alíquota. Atualmente, o IPTU tem uma única alíquota – 0,85 –, há o rebaixamento dessa alíquota – a maior passa a ser 0,80 – e o critério de isenção a partir dos 60 mil, que já havia antes. É lógico que o Governo apresente essa proposta. O Secretário Busatto poderia depois informar como foi a posição do Secretário de Desenvolvimento, que saiu do Governo em função dessa proposta, não concordou com ela. Há um setor do Governo que não aceita sequer progressividade, são os que defendem uma posição neoliberal, que é a posição que, infelizmente, o Prefeito Marchezan tem incentivado na Cidade, uma ideologia neoliberal, com ataque aos servidores públicos e desrespeito ao povo pobre.

Agora, o Governo apresenta um projeto que aumenta receita. O Governo vai fazer o que com essa receita? Qual é o seu projeto para a Cidade? É se fortalecer para seguir atacando os servidores e desrespeitando os pobres, ou é utilizar o recurso público para melhorar a vida das pessoas e valorizar o serviço público? Isso também tem que ser discutido, não é só o projeto em termo técnicos, porque nós concordamos com a progressividade. Acho, inclusive, Secretário, que vocês deveriam – isso é uma proposta que nós temos – ter uma progressividade que tivesse uma alíquota para as propriedades com valor de mais de R\$ 2 milhões. Vocês estabelecem uma alíquota de 0,8%...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ROBERTO ROBAINA: ...que vale para as propriedades de R\$ 1 milhão, só que nós sabemos que, em Porto Alegre, tem propriedades que valem mais de R\$ 2 milhões. Em Porto Alegre, tem propriedades que valem mais de R\$ 5 milhões! Há, inclusive, uma megaelite na Cidade, que tem propriedades que valem mais de R\$ 10 milhões. É preciso também ter progressividade sobre esses milionários que têm propriedades de R\$ 5 milhões, de R\$ 10 milhões! Não vamos fazer uma alíquota de 0,8% sobre a propriedade de R\$ 1 milhão, que pega uma classe média alta, pois é preciso diferenciar, sim, a classe média alta, dos milionários, cujas propriedades valem mais de R\$ 5 milhões, ou até mais de R\$ 10 milhões. É preciso ter uma progressividade que toque também nesse ponto, e vários outros temas que nós...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO ZACHER: Boa tarde colegas Vereadores, servidores que nos acompanham nas galerias, muitos deles já recebi em meu gabinete, pois temos dialogado sobre os projetos que tramitam na Casa; Secretário Leonardo; eu vou iniciar dizendo uma frase que é muito comum quando se fala em gestão: “Tem que ser duro com os problemas e doce com as pessoas”. Parece que as coisas inverteram a ordem, e eu vou dizer por quê. Nós temos um cenário de crise econômica, de diminuição de receita, em especial, dos repasses da União e do Estado, e aí as soluções que o Governo cria, apresenta e traz para esta Casa, para que possamos enfrentar os problemas. Tu tens, por exemplo, no desajuste que nós temos hoje do sistema de transporte, qual a solução que o Governo traz para a Casa? Tirar as isenções. Por um decreto, eu tiro a principal e a mais impactante para o cidadão e para o empregador, que é o fim da isenção da segunda passagem. Aí nós temos outros desajustes fiscais no Município, como é o caso da EPTC. Sabem qual é a solução que o Governo encontra? Arrecadar, em seis meses de Governo, o que não se arrecadou em um ano. Novamente taxa o cidadão. Por que eu tenho me manifestado contrário a esse projeto que prevê a atualização da planta de valores? Porque, embora conceitualmente seja um belo debate que nós temos que fazer com grandeza, o que o projeto prevê não é apenas tratar de isenções. O Governo tenta impor, mais uma vez, uma política agressiva, fiscal, e quem vai pagar essa conta é o cidadão da Cidade. É por isso, Secretário Leonardo, que nós temos que fazer um belo debate. O que nós temos na Cidade são R\$ 2 bilhões de dívida ativa. Desses R\$ 2 bilhões – eu vou dizer aproximadamente os valores que foram apresentados por V. Exa. e pelo Secretário que o antecedeu –, em torno de R\$ 1 milhão é de IPTU. Embora a nossa Procuradoria tenha feito um belo trabalho para recuperar essas dívidas, nós ainda temos em torno de R\$ 1 bilhão. Imaginem isso entrar no caixa da Prefeitura! Eu sei que o Governo mandou o Refis do ISS, enfim, mas é esse que nós temos que atacar, é o problema das questões. Quando a gente fala em transporte público, o que tem acontecido é que o nosso transporte público sucateado tem perdido passageiros a cada dia, porque não garante segurança, porque não tem horário, porque é caro, e, como solução, nós vamos lá e taxamos o cidadão, como se essa fosse a solução. Não há mais espaço para isso. O cidadão não aguenta mais isso. Imaginem o impacto econômico que terá na Cidade, o custo para Porto Alegre, se nós sustentarmos aquilo que o projeto prevê. Eu analisei o projeto, faremos um belo debate nos próximos dias.

O projeto que a Casa traz, embora conceitualmente seja uma bela discussão, nada mais é, Secretário Leonardo, do que uma política fiscal agressiva que o Governo tenta aprovar na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Presidente Cassio; Secretário Leonardo Busatto, colegas Vereadores, Vereadoras, cidadãos, cidadãs; quero, em primeiro lugar, parabenizar a atitude do Prefeito Marchezan, do Secretário Busatto, de toda a equipe do secretariado por propor este debate, na Câmara de Vereadores, com a sociedade, visando a fazer justiça social, revisando o IPTU, principalmente o daquelas pessoas que possuem imóvel acima de R\$ 500 mil, e está defasado. Isso não é uma novidade, já vem sendo construído na Fazenda nas gestões passadas. Teve o aerolevanteamento, teve o programa da Procempa, mas agora está sendo encaminhado o projeto de reavaliação da planta do IPTU. Isso é muito importante. Esses recursos do IPTU são, principalmente, para financiar as obras, os serviços para as comunidades de baixa renda. No próprio projeto encaminhado pelo Governo, os cidadãos de baixa renda vão ter alíquota zero para imóveis de até R\$ 60 mil. Ou seja, estamos, com este projeto, fazendo justiça social. Temos imóveis em Porto Alegre com valor acima de R\$ 1 milhão, e o proprietário paga R\$ 100,00 ao ano! Isso é justiça social. Quero, mais uma vez, reforçar: esse processo vem sendo construído desde a gestão passada. Participei ativamente da gestão passada, foi feito um aerolevanteamento, foi buscado esse encaminhado e, finalmente, está encaminhado. Eu tenho certeza, Secretário Busatto, de que este assunto será bem aceito aqui. Quero te parabenizar novamente pelo diálogo com as bancadas, por ter vindo hoje aqui. Nós já fizemos várias reuniões com o senhor, com o Prefeito Marchezan, debatemos esse assunto com os Vereadores, porque esse projeto está sendo feito com um olhar clínico. As pessoas que mais precisam estão sendo preservadas, e as pessoas que mais ganham não vão pagar mais, as pessoas que mais ganham vão ter o seu valor ajustado em relação às outras que têm imóveis valorizados e pagam o justo. Essas outras que têm imóveis valorizados vão passar a pagar o justo. Isso é fundamental. Esse diálogo, tenho certeza, vai nos levar a ter uma grande aprovação do projeto aqui, tem emendas e elas vão ser debatidas de forma construtiva. Esta Casa é mediadora, este é o papel dos Vereadores: mediar as decisões entre o Governo e a sociedade. Esse papel nós temos feito muito bem aqui com apoio da base aliada, com o apoio dos independentes, com o apoio construtivo da nossa oposição, da bancada do PT e do PSOL.

Quanto ao Grêmio e ao Inter, sou totalmente a favor de que tem que cobrar IPTU. Aquilo lá virou uma empresa, valores milionários, contratos milionários, diretores enriquecendo, procuradores enriquecendo às custas do amor da torcida. São milhões e milhões para comprar jogadores, e não pagam IPTU? Isso é um absurdo! É um deboche com as classes mais baixas da nossa Cidade, que ainda não têm acesso de qualidade a questões básicas como a saúde, a educação, a segurança, o saneamento, a habitação. No Grêmio e no Inter, os diretores enriquecendo, os procuradores enriquecendo...

Fica aqui o meu apoio total a este projeto, vamos debatê-lo, vamos melhorar o projeto, se for necessário. Esta Casa tem a capacidade construtiva de fazer justiça social através do novo IPTU. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; esses dias, já externei desta tribuna sobre a oportunidade que a Câmara de Vereadores está tendo com os projetos que estão chegando na Casa, para fazer uma boa discussão política sobre a cidade de Porto Alegre. Nós temos vários temas importantes, através de projetos de lei encaminhados pelo Executivo, em que temos total condição de fazer um bom debate e achar um bom caminho para a cidade de Porto Alegre. Nós sabemos da dificuldade financeira do País, do Estado, do Município. Algo deve ser feito. Nós, Vereadores, representantes da população, temos a obrigação de buscar, através do bom debate, uma saída para a cidade de Porto Alegre. A gente vê, tem se tornado rotina na Casa, os funcionários públicos municipais preocupados com o seu salário, que tem sido recebido em atraso, com o projeto de lei que tem aqui, o PL que fala sobre a vida funcional deles. Nós temos a obrigação de buscar soluções. Sabemos que há grandes dificuldades no Município. O Secretário Busatto assumiu um grande desafio, que é como pagar as contas do Município com falta dos recursos. Nós temos que buscar saídas. Claro que há uma grande dificuldade em aumentarmos impostos, eu sou totalmente contrário a qualquer tipo de aumento de impostos, porque a população também já está cansada. Deu problema, há má gestão, aumenta a alíquota do ICM, aumenta o combustível. Nós temos que buscar boas saídas. Se hoje nós temos esses problemas no Município, é, talvez, por má gestão de várias e várias gestões anteriores também. Nós não podemos simplesmente dizer que, de janeiro para cá, aconteceu o sucateamento dos ônibus no Município. Nós temos um problema de gestão no transporte público de muitos e muitos anos, de décadas, que vem aumentando os valores e diminuindo o número de passageiros. E, simplesmente, se sobe a passagem como uma fórmula mágica para resolver o problema do transporte público. Ele chegou no seu esgotamento, assim como os recursos do Município. A má gestão, ao longo do tempo, podemos ver pelos vários processos até mesmo jurídicos que a Prefeitura tem enfrentado...

Eu mesmo participei da CPI da Procempa, sabemos que há várias pessoas respondendo a processos, inclusive, processos-crime, Ver. Mauro Zacher, por má gestão dos recursos públicos. Temos, sim, vários problemas. Nós, Vereadores, não podemos ficar dando discursos simples e fáceis, temos que buscar saídas de como melhorar a situação financeira do Município sem ficar onerando o conjunto, para que a má gestão seja consertada com aumento de impostos. Sou contrário a aumento de impostos, mas, no caso do IPTU, nós temos essa questão que, há muitos anos, o Município não revê a

base da planta. Mas a base da planta também não pode ser revista mantendo alíquotas altas. Se só mudar a base, Ver. Adeli Sell, e mantiver a mesma alíquota, os valores vão para a estratosfera. Não é correto. Temos que equilibrar, buscar a justiça no IPTU sem aumentar os impostos de forma geral e arrecadatária no Município. Esse é nosso desafio. Tem as comissões especiais, onde o assunto vai ser debatido. Tenho certeza de que os Vereadores vão, em conjunto, buscar uma saída para honrar os compromissos e conseguir uma melhor administração, uma melhor gestão. Espero que todos nós possamos contribuir.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde a todos os presentes, saúdo o pessoal que nos assiste pela TVCâmara e todo o pessoal que está aqui. Não poderia deixar de fazer uso da palavra, apesar de que o Secretário Leonardo Busatto, certamente, na sua fala, poderá responder vários questionamentos de colegas que vieram fazer uso da tribuna. Mas eu não podia deixar de me manifestar no seguinte sentido: a gente tem ouvido falar sobre a grande reclamação, recorrente na Casa, inclusive até o *mea culpa* do Prefeito Marchezan, sobre a questão da comunicação. Eu também não posso deixar de dizer que muito se critica o envio de tantas pautas para esta Casa no primeiro ano de um mandato. Mas eu quero ver o outro lado. Se nós não tivéssemos a oportunidade e não tivéssemos a forma e a velocidade que se tem de enviar esses projetos para discussão através desta Casa, com todos os prós e contras de todos os temas, nós não estaríamos hoje aqui com a presença do Secretário Leonardo Busatto, nós não teríamos aqui ouvido o Secretário Erno, da Saúde, que hoje, inclusive, nos deu uma belíssima notícia de um novo hospital para Porto Alegre; este Governo não teria proporcionado que a gente tivesse conversado com o Secretário da Cultura, com o Secretário responsável pelo desenvolvimento social, com o Secretário de Desenvolvimento Econômico, com as fundações, com os departamentos. Eu me lembro de que, no início do mandato nesta Casa, no primeiro dia que o Prefeito esteve aqui, no dia da posse, ele deixou claro que a sua visão de uma gestão era justamente enxugar o número de secretarias e proporcionar que as pessoas não tivessem que ir até o Prefeito para decidir e resolver os assuntos de Porto Alegre.

Nós temos a presença do Secretário Leonardo Busatto para fazer uma apresentação, a gente sabe que ele esteve aqui visitando as bancadas, tirando dúvidas. O que eu me questiono, às vezes, é sobre esse sentimento cultural que se tem nesta Cidade, o sentimento da desconfiança, de desconfiar que sempre vem um pacote de maldades. Usam bastante essa expressão: pacote de maldades! Nós não podemos confiar no corpo técnico da Secretaria da Fazenda, não é apenas o Secretário Leonardo Busatto que viu uma planta com que todos aqui concordamos. São muitos anos sem rediscutir. Eu não aceito, por exemplo, chegar na Ilha da Pintada – vários das senhoras e

dos senhores conhecem bem a Ilha da Pintada – e, ao lado esquerdo, ver propriedades bonitas, amplas, grandes, ricas pagando, proporcionalmente, o mesmo IPTU que paga o lado direito, a casa do trabalhador, do servidor, da família de um pescador, de um comerciante. Então, revisão da planta, todos nós concordamos que já passou da hora de revisar. Agora, gente, eu faço um apelo: vamos tirar as dúvidas dos nossos Vereadores, tirar as dúvidas pensando que essa discussão já tentou entrar em vários outros governos, não só neste. Pelo que sei, em 2001, o Tarso tentou fazer isso; o Governo passado tentou fazer isso.

Eu gostaria de saudar e concordando com uma frase do colega Roberto Robaina, claro que com outra conotação, já falamos sobre isso, que diz que o Prefeito Marchezan é o Prefeito do enfrentamento. Sim, o Prefeito Marchezan, realmente, é o Prefeito do enfrentamento. Sem sombra de dúvida, do enfrentamento de vários e vários problemas que essa Cidade tem e que vários outros optaram por não enfrentar. Essa mania e essa forma de ter uma gestão e de não deixar coisas se acumularem sobre a mesa, de tratar disso, mesmo que seja antipopular, eu tenho que saudar, porque foi exatamente assim que ele se apresentou, quando veio a esta Casa, dizendo que iria tratar esta Casa dessa forma.

Secretário Leonardo Busatto, muito obrigado ao seu corpo técnico e ao senhor por ter a capacidade de visitar a Casa, todas as bancadas, e de tirar as dúvidas quando elas surgem. Parabéns à Secretaria e a todos os técnicos responsáveis pela proposta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, eu acredito que nesta Casa, na cidade de Porto Alegre, no nosso Estado, no Brasil, ninguém é a favor de imposto. Pelo contrário, acho que nenhum cidadão, quando pega seu holerite, seu contracheque, quando recebe no final do mês, quem ganha mil e poucos reais ou quem ganha quatro mil e poucos reais, não quer ver lá 27% de imposto de renda, não quer ver 11% de previdência social. Não quer, quando vai ao supermercado, pagar o preço do arroz, do feijão, do açúcar igual a quem ganha 20, 30, 40 ou 50, ou mais, igual a quem especula diariamente no mercado financeiro ganhando milhões. Ninguém quer isso! Agora, subir à tribuna e fazer discurso fácil é uma barbada, é a coisa mais fácil do mundo subir à tribuna e dizer que temos que ampliar a saúde, subir à tribuna e dizer que temos que ampliar as escolas, subir à tribuna e dizer que temos que aumentar o acesso das pessoas às assistências sociais do Município, que temos que melhorar o salário dos servidores – e temos –, isso é discurso fácil. E o dinheiro sai de onde? Ninguém quer o aumento de impostos. Só que o Município sobrevive com dois impostos, o ISS e o IPTU, e aí temos que ter coragem – todos aqui temos bancada em Brasília – de pedir para as nossas bancadas

fazerem um novo pacto federativo, porque não podemos mais ver o Governador do Estado, em Brasília, de pires na mão, pedindo dinheiro para a União. Nós não podemos mais ver o Prefeito de Porto Alegre, juntamente com os prefeitos de outros Municípios, irem a Brasília mendigar dinheiro para a União, porque, de cada R\$ 100,00 arrecadados na nossa cidade de Porto Alegre, R\$ 62,00 vão para a União, somente R\$ 14,00 ou R\$ 16,00 ficam no nosso Município, dependendo se é imposto ou taxa. O Município, infelizmente, vive do ISS e vive do IPTU. Há 26 anos, nesta cidade, por omissão ou medo, não se refaz a planta de IPTU. Nós estamos propondo fazer justiça social. Não pode uma pessoa, na Av. da Independência, pagar R\$ 12,16 de IPTU, enquanto uma pessoa, lá no Rubem Berta, paga cento e poucos reais; não pode uma pessoa, no Mont'Serrat, pagar R\$ 14 de IPTU, enquanto, na Restinga, uma pessoa paga R\$ 200, não pode. Claro que vai doer nessa pessoa que paga R\$ 14, vai doer porque ela vai ter que pagar o valor real. A gente pega o exemplo de alguém que ganhou uma herança. Se a pessoa ganhou uma herança e não consegue manter o imóvel, o imóvel vai depreciar: ela não consegue resolver o problema da porteira, ela não consegue resolver o problema da janela, ela não consegue pintar esse imóvel, então, ele vai depreciar, e a pessoa não vai conseguir o valor venal desse imóvel. Esse discurso é fácil, pegar o exemplo de uma pessoa que recebeu uma herança de um imóvel, ninguém quer roubar o imóvel de ninguém aqui, ninguém quer fazer discurso fácil aqui. Nós queremos resolver os problemas da cidade de Porto Alegre: quem ganha mais paga mais, quem ganha menos paga menos. Nós vamos aumentar a isenção das pessoas que pagam IPTU, 50% da população de Porto Alegre não vai ter aumento no seu IPTU. Claro que quem mora bem vai pagar bem.

Eu concordo com alguns Vereadores de que não pode o Gondoleiros, um clube que está falido, pagar IPTU. Agora, podem o Grêmio e o Inter, que estão vendendo jogadores por bilhões, pagar IPTU. Quem cobra ingresso paga IPTU, clube que beneficia 0,1% da população de Porto Alegre paga IPTU, porque o restante da população não é beneficiada. Essa discussão esta Casa tem que fazer, como a gente está fazendo no transporte. Se tem que discutir as isenções na questão da renda familiar, então, os clubes têm que pagar IPTU mediante a sua renda. Vamos abrir essa caixa de Pandora: “Ah, formam atletas”. Formam atletas com dinheiro da União, formam atletas com convênio, porque é raro, raríssimo, o clube que tira dinheiro do seu bolso para formar um atleta, é raríssimo. O que não pode é nós cobrarmos dos trabalhadores, o que não pode é nós cobrarmos do aposentado, o que não pode é cobrarmos do deficiente, o que não pode é nós cobrarmos da pessoa de baixa renda e beneficiar as pessoas que estão se bronzeando ao sol, que estão jogando pôquer, que estão jogando vôlei, que estão dançando nos bailes de máscara, para penalizar a população, para beneficiar uma parcela mínima da população de Porto Alegre e, principalmente, os clubes de futebol, que ganham milhões e milhões nos contratos, em publicidade e explorando o povo nos ingressos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Secretário Busatto, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara; foi dito, e estou aqui para reforçar o coro, que o cidadão, Secretário, não aguenta mais pagar a conta e ter, de parte do Estado, contrapartida em serviços anões. Eu tenho observado essas questões do IPTU, e todos os cálculos que nós fizemos, todas as impressões que nós tivemos, todas as simulações que nós fizemos acabam nos mostrando um aumento de quatro a cinco vezes – de quatro a cinco vezes! – e atingindo em cheio não aqueles mais abastados, mas atingindo em cheio a classe média. É isso que nós temos visto. Eu imagino que pelo diálogo se consiga construir alternativas. Eu falo isso e falo do projeto dos servidores. Nós não podemos faltar com o diálogo com os servidores. Infelizmente, temos visto acontecer isso aqui, mas não é dessa forma que nós vamos construir serviços melhores. Nós vamos construir serviços públicos melhores dialogando e aproveitando a expertise e a experiência que os servidores acumularam ao longo do tempo.

Essa formatação de não discutir os projetos antes de virem para o Legislativo – sequer internamente no Governo – vem trazendo problemas, vai trazer desgaste, vai trazer confronto. Isso, sem dúvida nenhuma, não vai ser bom para a Cidade. Eu acredito profundamente no diálogo. Eu não tenho visto, nas simulações que tenho feito, aumentos pequenos de IPTU. Tenho visto grandes aumentos de IPTU, principalmente na área central da Cidade, principalmente em áreas vinculadas à classe média. É isso o que as pessoas estão aí a dizer. Se houvesse um equilíbrio dessas questões, nós não teríamos tanta resistência a esse projeto, a esse e aos outros. Acho que este é um momento emblemático, em que o Governo deve fazer algumas reflexões. Se esse projeto não enfrentasse tanta resistência, não encaminharia para cá um Secretário; se houvesse tanto diálogo, não viria para cá um Secretário.

Então, de forma bem fraterna, bem sincera, eu acho que este é o momento de o Governo parar e fazer suas reflexões. É um conselho de quem está observando de forma independente todas as coisas que estão acontecendo. O Governo não tem votos, vai perder esse projeto, não tem votos. Não terá o meu.

O que eu quero dizer é isso. Este é o momento de fazer isso com relação aos três projetos dos servidores. O Governo tem que fazer a sua parte; antes de cobrar dos servidores, tem que fazer a sua parte. Eu acho que este é o momento, Secretário. O senhor é porta-voz do Governo no processo. O Governo que perde um secretário em função de um projeto tem que reabrir a discussão e fazer uma ampla reflexão. Esse projeto não é bom! Não é bom para a Cidade, não é bom sequer para a Prefeitura, porque vai aumentar o número de sonegadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente Cassio, amigo e colega Secretário Leonardo Busatto, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde; a esmagadora maioria das pessoas que estão aqui sabe que eu trabalho na área de finanças e tributos há 42 anos! Agora, aqui, nós temos o início de um grande debate. A questão é que, nesse projeto, nós temos a atualização da planta, a alíquota e o tempo, e, dessa combinação, o que vai refletir em termos de tributos, de imposto.

A primeira observação que precisamos fazer é que a planta é uma questão técnica, não é política, é técnica e de justiça fiscal! Não é possível que o meu imóvel pague dez, e o vizinho, com um imóvel que vale dez vezes menos, pague 15, 20 ou 50! Temos injustiça fiscal com uma planta que está aí há 26 anos sem atualização. Portanto, atualizar a planta é necessário, e eu diria, inclusive, urgente. A questão é da alíquota. Nós temos hoje, já foi dito aqui, uma alíquota única: 0,85%, e nós estamos reduzindo. Pela proposta do Prefeito, se reduz de 0,2 a 0,8. Acontece que nós precisamos analisar e verificar que tamanho vai crescer o valor do imóvel na planta com a aplicação dessa alíquota, talvez de 0,2, 0,4 ou 0,85. Essa é a grande discussão que nós temos, porque política é a alíquota. Quem vai definir o tamanho do valor do imposto é a base, na alíquota; e quem vai definir a justiça do imposto é a planta de valores. Nós simplesmente dizermos que vamos votar contra, eu acredito que está um pouco apressada a nossa avaliação, pois é preciso uma grande discussão. Eu estava ouvindo alguns Vereadores, é preciso ter uma grande discussão nesta Câmara para atualizar a alíquota, para reduzir o valor do IPTU daqueles que mais precisam através de uma isenção justa para não penalizar, como sempre, a classe média, que é aquela que sempre paga o pato neste País, para cobrar um imposto justo. Tem imóveis que hoje valem um milhão, 500 ou 700 mil e, na planta de valores, estão avaliados em 50, 60 mil, porque não foram atualizados. Portanto, a atualização da planta de valores é uma questão necessária.

E mais: nós temos que analisar, meu caro Secretário, o prazo. Eu digo que é a planta, a alíquota e o tempo. O projeto que vem do Executivo diz que o tempo seria de quatro anos para se chegar ao valor máximo. Na minha proposta, seria oito. Eu já vi que tem Vereador que propôs 12 anos, meu Presidente. Portanto, é outro aspecto a se discutir. Não é momento de causarmos acréscimos no imposto, agora é momento de corrigirmos aquilo que precisa ser corrigido, porque 26 anos sem atualizar a planta numa cidade, numa Capital do Estado também é demais e está causando severas injustiças sociais e fiscais. Essa análise nós vamos fazer, meu caro Secretário, com profundidade e responsabilidade. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Leonardo Busatto está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. LEONARDO BUSATTO: Primeiramente, quero agradecer mais uma vez o convite, é sempre uma honra estar nesta Casa. Eu, que fiquei 16 anos nesta Casa como filho de Vereador, conheço bastante, conheço muitos dos colegas, é uma honra. Outra questão nessa esteira e que eu acho importante colocar – foi dito por um Vereador – é que é importante fazer o debate antes de enviar o projeto para a Câmara. Particularmente discordo. Acho que o lugar de fazer o debate é na Câmara, o Executivo faz uma proposta, um projeto de lei, mas quem tem a prerrogativa de votar, inclusive, de derrubar o veto do Prefeito, é a Câmara de Vereadores. Então, o lugar de fazer o debate é na Câmara de Vereadores. O debate dentro do Governo, normalmente, ele acontece, vocês sabem muito bem. Muitas vezes, temos discordâncias dentro do Governo, mas é aqui, na Câmara de Vereadores, que ele acontece.

Fico feliz, anotei diversas propostas, sugestões interessantes. Acho que os Vereadores, que conhecem muito a Cidade, assim como os técnicos da Secretaria da Fazenda que fizeram todo o trabalho de análise de correção da planta, quase todos temos uma concordância sobre o tempo que a planta não é atualizada, gerando inúmeras distorções e injustiças dentro da Cidade de Porto Alegre. Agora, qual o melhor projeto para cidade de Porto Alegre? Qual o melhor projeto de correção da planta de valores? É o projeto que a Câmara de Vereadores entender que é o melhor. Nesse ponto, se o objetivo fosse resolver o problema do Governo, nós poderíamos muito bem fazer uma coisa muito mais simples, que é muito mais nefasta para a economia. Nesse ponto, vou discordar do Ver. Camozzato. Muito pior do que IPTU, Vereador, é aumentar ICMS, como o Estado fez, ou PIS/Cofins na gasolina, ou o ISS, porque todo mundo sabe que o imposto que mais prejudica o trabalhador, a classe média é o imposto sobre o consumo. Estamos aqui propondo a discussão do IPTU com um prazo, como o Ver. Ferronato coloca, de quatro anos. Já tem emenda de oito, já tem emenda de doze. O último ano, o quarto ano, é o primeiro ano do próximo Governo, ou seja, não é um projeto só para um Governo, é para a cidade de Porto Alegre. A alíquota, o prazo, a transição e a isenção vão ser aquilo que a Câmara de Vereadores decidir que vai ser. Acho que esse ponto é fundamental.

Nós tivemos sugestões de criar faixas intermediárias, criar alíquotas diferentes, mudar a questão das isenções. Acho que a Câmara de Vereadores é protagonista nessa questão. Para as emendas que forem propostas pelos Vereadores, a gente já reforça, a gente coloca à disposição a Secretaria da Fazenda, os técnicos, para poder não só simular as propostas, mas para debater como foi feita a planta de valores, por que a quadra A é mais cara que a quadra B, por que o lado A da quadra é mais barato, ou mais caro, do que o lado B, tudo isso está no escopo. A gente não está aqui para propor um projeto fechado, porque, reforço, é um projeto para a cidade de Porto Alegre. Poderia colocar diversas questões, mas eu acho que isso é um debate extremamente importante, e o que a Câmara de Vereadores entender que é o melhor para a Cidade é o que vai acontecer.

Só quero reforçar algumas questões. Nós temos, de um lado, uma cidade de Porto Alegre que tem suas grandes dificuldades financeiras, isso é óbvio, não é dito só por mim, já foi dito por várias gestões passadas, seja por escolhas equivocadas do

passado, mas também por um contexto econômico extremamente nefasto. Não é Porto Alegre que está quebrada, são os Estados que estão quebrados, é a União que está quebrada, então, é um contexto que nós temos como cidadãos. Obviamente, os Vereadores têm que ter consciência de que também os serviços públicos precisam de impostos para se financiar, o dinheiro não cai de árvore, o dinheiro vem do tributo do contribuinte, então, nós temos que ter uma discussão que tem que ser lógica. Se eu quero ter mais serviços, mais gasto, eu tenho que ter mais tributo; se eu quero ter menos gasto, menos serviços, eu posso ter menos tributo. O que eu não posso, como é a cidade de Porto Alegre, é ter uma das menores relações entre IPTU e receita, uma das menores relações de carga tributária do País, pagar um dos maiores salários de servidores e ser uma das Capitais que menos investe. O índice Firjan, que é um índice que estabelece os indicadores fiscais de todas as cidades do Brasil, deu a pior nota em investimentos para o Município de Porto Alegre, considerando os dados de 2016. Nós temos que decidir se nós queremos uma cidade que investe nela mesma, ou uma cidade que só serve para pagar a sua própria estrutura. Esse debate tem que se travar também. Nós não estamos propondo um projeto para o Governo, nós estamos propondo um projeto para a Cidade. Eu tenho certeza de que esta Câmara vai discutir, vai chegar ao melhor termo, vai decidir se as isenções têm que ser para todos os clubes, para Grêmio, para Inter, para 60 mil. Foi proposta pelo Ver. Adeli uma faixa intermediária, foi proposta por um outro Vereador uma faixa superior, foi proposto um escalonamento no tempo, esse é o debate que tem que se travar. Eu acho que o Executivo está aqui, eu represento o Executivo neste momento, porque nós temos coragem de propor. Esse é o grande mérito do Prefeito Marchezan. Nós podemos concordar ou discordar, mas a coragem de propor um projeto de atualização da planta depois de 26 anos foi do Prefeito Marchezan, para corrigir injustiças. Como elas vão ser corrigidas, em que tempo, em que prazo, em qual alíquota e com qual impacto é uma decisão da Câmara, obviamente em contato com o Executivo, mas é uma decisão da Câmara. Agora, se nós não discutirmos a atualização da planta este ano, ano que vem tem eleição, no outro já é véspera de eleição, no outro é eleição, e nós vamos empurrar este debate para 2021. E aqueles contribuintes que hoje deveriam ter isenção não vão ter isenção, aqueles contribuintes que queriam redução do valor do seu IPTU não vão ter redução, e aqueles contribuintes que têm um imóvel de mais de R\$ 1 milhão e pagam R\$ 100,00 vão continuar pagando R\$ 100,00. Essa é a discussão que tem que ser feita por esta Casa. Alíquota, prazo, modo, tudo isso pode ser discutido, e eu tenho certeza de que os Vereadores vão chegar ao melhor termo. A injustiça que ocorre na cidade de Porto Alegre não é uma injustiça com que todos aqui podemos concordar. O Prefeito Marcelo Crivella, do Rio de Janeiro, que era uma das últimas Capitais que estavam defasadas, acabou de mandar o seu projeto de IPTU, o que foi uma tentativa clara de resolver o problema financeiro, dito por ele.

Eu acho que esse é um debate que temos que travar. Temos que entender também que, para a cidade de Porto Alegre ter bons serviços, esse serviços vêm de algum lugar: tributos federais, que todos sabem que estão caindo; tributos estaduais, que todos sabem a crise pela qual o Estado passa; e tributos municipais. É uma dicotomia:

todos nós queremos pagar pouco imposto e ter um Estado grande. Obviamente a conta não fecha.

O debate está proposto, não é só a questão da planta de valores, é a questão dos servidores também. A gente já demonstrou que o impacto não é para o ano que vem, é um impacto de médio e longo prazos, e nós temos que discutir, temos que ter coragem de discutir, assim como outros projetos que foram encaminhados para esta Casa. Já peço priorização, que os Vereadores deem atenção ao debate do Refis. Nós temos aqui um debate para pagamento de horas extras com recursos do Fundo Municipal de Saúde, que é extremamente importante; nós temos um projeto aqui que permite fazer a dação de pagamento de imóveis ao Previmpa, para abater a alíquota suplementar que nós temos hoje com o Previmpa, que, inclusive, é para pagar o salário do futuro dos servidores. São muitos projetos ao mesmo tempo, mas a gente sabe que é neste primeiro ano que nós temos que arrumar a Casa, para que a gente possa ter não só uma gestão melhor até 2020, mas uma cidade melhor.

Mais uma vez, agradeço o convite, me coloco à disposição – já recebi dois ofícios que nós vamos responder tempestivamente – e, inclusive, tenho uma notícia para o Ver. Bosco, que pediu a relação dos cem maiores devedores de IPTU e ISS. Vereador, nós já estamos preparando não só os cem devedores, mas todos os devedores, nós vamos publicar na internet – acho que o Ver. Robaina também tinha pedido –, todos os devedores de IPTU e ISS vão ser publicados na internet. Obviamente, vai gerar bastante atrito, porque a gente sabe que ninguém gosta de ser exposto, quem deve, mas isso não tem discussão na jurisprudência. A gente vai colocar isso, porque temos que mostrar não só quem paga, mas também quem deve para a cidade de Porto Alegre. Estamos à disposição para qualquer dúvida. Como foi dito pelo Ver. Dr. Thiago, até vou pedir para os assessores dele nos ajudar, já que eles simularam todos os impactos. Nós nos colocamos, Ver. Dr. Thiago, à disposição para calcular, seja um imóvel, seja um bairro, seja uma rua, para mostrar como ficaria a simulação e, eventualmente, as próprias emendas que esta Casa proponha, estamos à disposição para discutir. O que não podemos é deixar de enfrentar este tema: a planta de valores do IPTU na cidade de Porto Alegre, que, há 26 anos, não é debatida, não é discutida. Tenho certeza de que vamos chegar a um bom termo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença do Sr. Leonardo Busatto, Secretário Municipal da Fazenda. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h41min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h44min): Estão reabertos os trabalhos.

Em votação as Atas disponíveis nas pastas públicas do correio eletrônico: 34ª a 71ª Sessão Ordinária; 6ª a 17ª Sessão Extraordinária; e 9ª a 22ª Sessão Solene. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, peço licença a V. Exa., não faz parte do protocolo, mas, como estou apresentando uma Indicação ao Tribunal de Contas do Estado, e a subscrevem outros tantos Vereadores – Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver. Roberto Robaina, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Adeli Sell, Ver. João Bosco Vaz, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Dr. Thiago e Ver. Marcelo Sgarbossa – e outros tantos que ainda vão subscrever (Lê.): “Solicita a verificação de disponibilidade financeira para pagamento integral dos vencimentos dos servidores públicos municipais, tendo em vista o parcelamento injustificado realizado pela Prefeitura de Porto Alegre”. Eu estive visitando o Tribunal de Contas numa conversa informal. Na verdade, gostaríamos que o Tribunal de Contas nos informasse, nos atestasse que a Prefeitura não tem condições de honrar com seus compromissos do último dia do mês. Agradeço a oportunidade e estou protocolando esta Indicação, para que a nossa CEFOR possa levar adiante essa informação importante.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Matheus Ayres está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. MATHEUS AYRES: Muito obrigado, Presidente Cassio; agradeço também o Ver. Cláudio Janta pela cedência do espaço. Este momento é um momento de falar em gratidão. Estou deixando a Câmara de Vereadores e não poderia deixar de vir aqui para fazer algumas manifestações sobre esses meses que aqui fiquei, Presidente Cassio. Todos já sabem que o Secretário Ricardo Gomes, meu colega de partido e amigo, está retornando a esta Casa, está entregando a sua carta de demissão ao Governo por estes dias. Quatro mil, setenta e seis eleitores resolveram confiar neste que vos fala. Quero agradecer primeiro a eles por confiarem em mim, uma pessoa que veio de fora da política, uma pessoa que fez a sua campanha com recursos próprios e de poucos amigos ao redor. Dos 50 mais votados em Porto Alegre, eu tenho o segundo voto mais barato, se pudesse fazer esse cálculo. As pessoas que abriram as portas de suas casas para escutar as ideias, as propostas, muitas pessoas votaram em mim, mesmo não concordando com o partido a que escolhi pertencer. Votaram na pessoa, e agradeço muito essa confiança. Muitos sequer concordam com todas as minhas opiniões, mas concordam com a simplicidade, com a postura e com o diálogo. Aliás, na porta do meu gabinete, resolvi colocar isto: diálogo. Mesmo que se hoje quem está na oposição fosse Governo, e eu aqui estivesse, eu não seria oposição, eu seria do diálogo, porque não dá para construir uma cidade diferente, não dá para construir uma política diferente, relacionamentos diferentes apostando nas mesmas fórmulas de sempre, nas paixões, nos discursos vazios, na politicagem, nas palavras que buscam aplausos. É preciso, de vez, enfrentar uma nova política, sendo um político já de estrada ou novo, mas uma nova

política. Quero dizer “muito obrigado” aos meus eleitores, aos meus amigos, porque é possível fazer uma nova política. Nesses meses que aqui estive, não entrei, não precisei e, se voltar, não irei realizar nenhum tipo de acordo que não possa ser publicado, nenhum tipo de fala, seja ao vivo, por telefone ou por WhatsApp, que não possa ser publicado. Eu sou daqueles que, graças a Deus, não precisam da política para viver, pois consegui conquistar uma carreira querida e legal no rádio e nos colégios por que passei. Vim, coloquei o meu nome à disposição da sociedade, porque, realmente, tenho esperança, acredito que as coisas podem ser diferentes. Aqui eu encontrei diversos parceiros – Ver. Cláudio Janta, João Bosco Vaz, Adeli Sell, Moisés Maluco do Bem, José Freitas, Alvoni Medina, Mauro Pinheiro – e muitos amigos fiz. Sou muito grato também pelo relacionamento que consegui construir com os servidores desta Casa, as nossas queridas colegas da Taquigrafia, que tantas vezes me receberam aqui e lá embaixo, no local de trabalho; os queridos colegas do som, do nosso áudio; a imprensa, ali está o presidente da associação aqui da Casa, não é? Construimos um relacionamento maravilhoso, mesmo que talvez divergíssemos em algumas opiniões. Aliás, o mais importante, na minha opinião, não é divergir, mas ter a capacidade de sentar sem gritos, sem acusações, para dialogar.

Quero deixar um agradecimento especial à minha equipe, aos meus seis grandes amigos que resolveram deixar os seus empreendimentos, alguns fecharam as suas empresas, pediram demissão de onde estavam, para virem trabalhar com um Suplente de Vereador, sabendo dos riscos que é estar com um suplente. Muito obrigado, minha qualificada equipe de amigos. Também a rede de amigos que me ajudou a cada voto, a cada pronunciamento, meu “muito obrigado”. Aos Srs. Vereadores e Vereadoras, quero, mais uma vez, agradecer o companheirismo que dispensaram a mim. É tão legal, é tão gostoso, é tão saboroso ter amigos no Governo, na bancada dos independentes e na oposição. Saio daqui hoje, talvez, amanhã, sem ter uma inimizade. Diferenças políticas, diferenças ideológicas, diferenças de opinião, mas sem nenhuma inimizade. Por quê? Porque, se não houver pontes, o mundo continuará como está: com desrespeito aos imigrantes, desrespeito aos diferentes, desrespeito até com aqueles que pensam igual a mim. Meu “muito obrigado”.

Quero deixar uma mensagem: precisamos renovar a política, a começar por cada um de nós. É preciso ter coragem e olhar no espelho e, mesmo com seus erros, encará-los e buscar ser diferente. Ninguém aqui é perfeito, Vereadores e Vereadoras, nós estamos na vitrine e, por isso, muitas vezes, recebemos as primeiras pedradas da oposição e do Governo. Parabéns pela coragem de estarem aqui. Nós, diferentemente dos Srs. Deputados Estaduais, Federais e Senadores – com todo o respeito –, moramos ao lado de quem está para nos cobrar depois. Parabéns pela coragem dos senhores e das senhoras de colocarem seu nome, sua história e sua honra para estar aqui debatendo os grandes temas da Cidade. Entrei aqui no dia 1º de fevereiro e daqui me despeço, ao menos, momentaneamente. Não sei quando retorno: daqui a uns meses, anos, ou talvez na próxima Legislatura. Para falar bem a verdade, não me importo com isso. Eu me importo é de continuar fazendo a boa política; aqui, nas nossas cadeiras estofadas, ou lá fora. Não me importa se estou levando um projeto de lei nas minhas mãos, ou um

cafezinho. Se eu conseguir continuar sendo honesto, transparente, simples e sem falsa humildade – porque humildade é falar a verdade –, eu acho que vou estar no caminho certo, honrando o meu pai, funcionário público federal; honrando minha mãe, funcionária pública estadual; honrando minha esposa, primeira e grande eleitora e apoiadora, com uma pequena de três anos e, agora, uma pequena de doze dias. Quando cheguei em casa com a notícia de que estaria saindo da Câmara e perdendo o mandato, portanto, desempregado, ela me olhou e disse: “Eu estou contigo. Vamos jantar”. Essa é a parceria que nós temos em casa e que precisa ser refletida nas ruas, condomínios e neste plenário. Três valores eu trouxe comigo: trabalho, diálogo e esperança. Eu rogo a Deus que conserve as boas obras que esta Casa produzir, e que a política aqui realizada sempre seja um ganhar para perder. Quem quer entrar na política tem que ser assim: ganhar para perder. Muito obrigado, Presidente Cassio, amigo. Estamos juntos, e até breve. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h55min.)

* * * * *